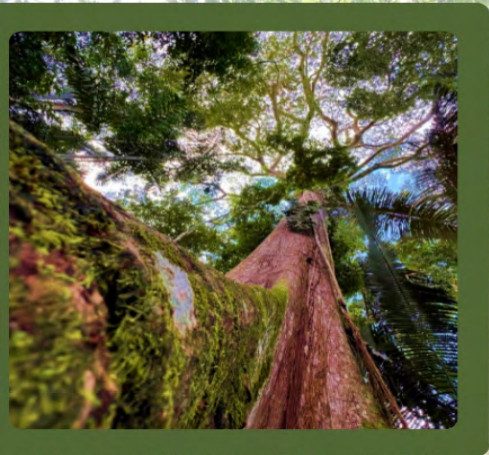




PARCERIA EMPRESA-COMUNIDADE

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O

MANEJO FLORESTAL

BRUNO ROGÉRIO SILVA CAVALCANTE



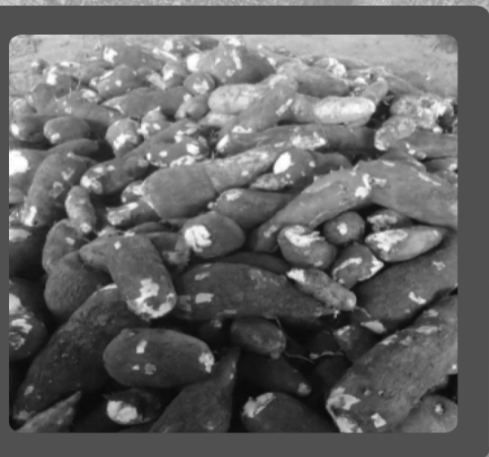


PARCERIA EMPRESA-COMUNIDADE

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O

MANEJO FLORESTAL

BRUNO ROGÉRIO SILVA CAVALCANTE



ARCO
EDITORES ● ● ●

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivanio Folmer

Bibliotecária: Eliete Marques da Silva

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cavalcante, Bruno Rogério Silva

Parceria empresa-comunidade desafios e perspectivas para o manejo florestal [livro eletrônico] / Bruno Rogério Silva Cavalcante. -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2025.
ePDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-472-5

1. Comunidades - Desenvolvimento 2. Manejo florestal sustentável 3. Organização comunitária 4. Parcerias I. Título.

25-276539

CDD-634. 90981

Índices para catálogo sistemático:

1. Florestas : Manejo sustentável : Comunidades :

Desenvolvimento socioambiental: Ciência florestal 634.90981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

 **10.48209/978-65-5417-472-5**

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



APRESENTAÇÃO

A Amazônia, berço da maior floresta tropical do mundo, continua a ser um dos biomas mais vitais e ameaçados do planeta. Enquanto pulmão do mundo e guardião de uma biodiversidade incomparável, a região enfrenta desafios urgentes, como o aumento das queimadas, o desmatamento descontrolado e a pressão sobre os recursos naturais. Em 2023, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) revelaram que o desmatamento na Amazônia atingiu níveis alarmantes, com mais de 10 mil km² de floresta perdidos em um único ano. As queimadas, muitas vezes associadas ao avanço da agropecuária e à grilagem de terras, agravam ainda mais a crise ambiental, colocando em risco não apenas o ecossistema, mas também a qualidade de vida das populações tradicionais que dependem da floresta para sua subsistência e cultura.

Neste cenário de urgência climática e social, a realização da **COP 30**, marcada para ocorrer em Belém, Pará, em 2025, ganha um significado especial. O evento, que reunirá líderes globais, cientistas e ativistas, será uma oportunidade histórica para discutir soluções concretas para a preservação da Amazônia e a promoção de um desenvolvimento sustentável que inclua as comunidades locais. O Pará, estado que abriga parte significativa da floresta amazônica e é epicentro de muitos dos conflitos socioambientais, será palco de debates que podem definir o futuro da região e do planeta.

É neste contexto que este livro, originado de uma dissertação acadêmica realizada em 2017, ressurge como uma obra profundamente atual e necessária. A pesquisa, que investigou a parceria entre empresas madeireiras e comunidades tradicionais no manejo florestal em um município do Pará, revela insights valiosos sobre os desafios e as oportunidades de uma relação que pode ser tanto uma ameaça quanto uma solução para a conservação da floresta e o bem-estar das populações locais. Apesar de ter sido realizada há alguns anos, os achados da pesquisa continuam extremamente relevantes, especialmente diante da crescente pressão sobre os recursos naturais e da necessidade de modelos de desenvolvimento que conciliem economia, ecologia e equidade social.

A obra destaca a importância da **organização comunitária** e da **emancipação das populações tradicionais** como pilares para um manejo florestal sustentável. A pesquisa revelou que, embora as empresas madeireiras demonstrem comprometimento com o uso dos recursos financeiros destinados às comunidades, ainda há uma lacuna significativa de informação e capacitação por parte dos comunitários sobre os processos de manejo florestal e os termos das parcerias. Essa falta de conhecimento limita o potencial das comunidades para se tornarem protagonistas de seu próprio desenvolvimento, perpetuando relações de dependência e desigualdade.

No entanto, a pesquisa também identificou iniciativas promissoras, como ações coletivas e planejamento participativo, que envolvem empresas, comunidades e parceiros institucionais. Essas experiências apontam caminhos para uma gestão florestal mais justa e inclusiva, onde as comunidades tradicionais possam assumir um papel central na tomada de decisões e na gestão dos recursos naturais. A formação da consciência ambiental e a capacitação técnica dessas populações são fundamentais para que elas possam se tornar guardiãs da floresta, cultivando, produzindo e comercializando seus produtos com valor agregado, de forma sustentável e autônoma.

A publicação desta pesquisa em formato de livro é, portanto, um resgate necessário. Em um momento em que a Amazônia está no centro dos debates globais sobre mudanças climáticas e sustentabilidade, esta obra oferece um olhar profundo e contextualizado sobre as realidades locais, apresentando soluções práticas e inspiradoras para os problemas vividos pelas populações tradicionais. Ela serve como um chamado para que acadêmicos, gestores públicos, lideranças comunitárias e a sociedade em geral reconheçam a importância de incluir essas populações não apenas como beneficiárias, mas como protagonistas de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

Que este livro inspire ações concretas e colaborativas, contribuindo para a construção de um futuro onde a floresta amazônica e seus povos possam florescer em harmonia, garantindo a preservação desse patrimônio natural para as gerações presentes e futuras.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Problema.....	9
1.2 Objetivos.....	9
1.3 Justificativa.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Manejo Florestal.....	12
2.1.1 Contextualização da extração de madeira na Amazônia.....	15
2.1.2 Responsabilidade socioambiental das empresas.....	18
2.2 Parceria Empresa - Comunidade.....	20
2.2.1 Surgimento da parceria Empresa/Comunidade.....	21
2.2.2 Características principais da parceria entre empresa e comunidade	24
2.2.3 Fatores que incentivam o uso de parcerias para exploração florestal	29
3 METODOLOGIA.....	33
3.1 Localidade do Estudo.....	33
3.2 Sujeitos da Pesquisa.....	34
3.3 Instrumentos de coleta de dados.....	36
3.4 Análise e interpretação dos resultados.....	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
4.1 Breve histórico que motivou o envolvimento com o tema da pesquisa	42
4.2 Processo de intervenção como contribuição ao amadurecimento das comunidades.....	45
4.3 Informações sobre o perfil sócio demográfico e planejamento da produção.....	54
4.4 Participação e interesse em formas organizativas.....	63
4.5 Percepção dos comunitários sobre a parceria com a Empresa.....	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	79
SOBRE O AUTOR.....	84

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é a região compreendida pela bacia do rio Amazonas, a mais extensa do planeta, formada por 25.000 km de rios navegáveis, em cerca de 6.900.000 km² dos quais, aproximadamente, 3.800.000 km² estão no Brasil, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).

De acordo com IBGE (2015), na descrição do Cadastro de Municípios localizados na Amazônia Legal, ela abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás. Representa 59% do território brasileiro, distribuídos por 775 municípios, onde viviam, em 2000, segundo o Censo Demográfico, 20,3 milhões de pessoas (12,32% da população nacional) e 68,9% desse contingente vivem em zona urbana.

Historicamente, a região amazônica sofreu uma trajetória de perdas e danos que atualmente afeta o desenvolvimento socioeconômico regional, mediante processos exploratórios sem retorno em crescimento econômico, impedindo a emancipação da população local.

Segundo Pereira (2011), a ausência de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico da região amazônica retrata, também, a falta de participação da população como protagonista, proporcionando um distanciamento entre o Estado e a Sociedade. Sendo assim, é necessário incutir temáticas, como a parceria entre empresas e comunidades, no contexto das relações entre Estado e sociedade no Brasil contemporâneo, pois o protagonismo da sociedade na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas é uma “possibilidade objetiva”, ou seja, possibilidades reais de efetivação de relações equilibradas entre o Estado e a Sociedade.

Quando se trata da comercialização de produtos derivados da floresta amazônica, percebe-se que, no passado, esse tipo de atividade era efetivada ante a atuação das organizações não governamentais junto às empresas responsáveis pelo processo produtivo. Na atualidade, essa dinâmica mudou, pois

a comercialização assumiu como principal característica o sistema de parcerias, estabelecidas entre as comunidades locais e as instituições empresariais (CLAY, 2002).

Esse movimento se desenvolveu, principalmente, na atividade do manejo florestal, uma vez que a demanda por produtos considerados sustentáveis aumentou na mesma proporção. Se antes as empresas que estabeleciam esse sistema de parceria com a comunidade local tinham sede no exterior, hoje são as instituições empresariais nacionais que assumem para si a responsabilidade de efetivar esses acordos, conectando-se aos grupos de trabalhadores com a finalidade de lucrar e, em contrapartida, melhorar as condições socioeconômicas dessas comunidades.

Neste sentido, ressalta-se que o presente estudo evidencia os desafios e perspectivas de uma parceria existente entre Empresa/Comunidade, que surgiu em 2010, em um município do estado do Pará, visando à extração madeireira, por meio do manejo florestal sustentável.

1.1 Problema

Diante do exposto cabe o questionamento orientador deste trabalho de pesquisa: Quais os desafios e perspectivas dos moradores das comunidades de um município do Estado do Pará em relação a parceria existente com uma empresa madeireira que atua realizando manejo florestal empresarial nas áreas destas comunidades?

1.2 Objetivos

O objetivo geral do estudo consiste em analisar a percepção dos moradores de um município do Estado do Pará a respeito dos desafios e perspectivas de a parceria Empresa/Comunidade no manejo florestal.

De acordo com este objetivo geral, podemos destacar como objetivos específicos desta pesquisa:

- a) Descrever experiências de manejo florestal no Brasil, um breve histórico do envolvimento com o tema da pesquisa, e o processo de intervenção como contribuição ao amadurecimento das comunidades;
- b) Realizar levantamento sociodemográfico das famílias que pertencem às comunidades envolvidas no Manejo Florestal, realizado por uma empresa do ramo madeireiro no interior do Estado do Pará;
- c) Compreender a participação desses atores em formas organizativas que se referem à atividade de manejo florestal;
- d) Avaliar a percepção dos comunitários sobre a parceria Empresa/Comunidade.

1.3 Justificativa

A abordagem da temática justifica-se, pois, na atualidade, o sistema de parceria Empresa/Comunidade constitui um segmento comercial em permanente expansão, abrangendo um mercado cuja base de apoio reside na mobilização de esforços entre os integrantes dos pequenos núcleos populacionais interioranos e as empresas comerciais nacionais ou estrangeiras, com vista a beneficiar econômica e socialmente as populações que lidam diariamente com o manejo sustentável dos produtos florestais. Isso requer um estudo que venha contribuir para a ampliação e aprofundamento da natureza comercial destes tipos de empreendimentos bilaterais.

Em âmbito nacional, regional e local, o estudo do manejo florestal, a partir das parcerias firmadas entre comunidades e empresas para o manejo florestal, são consideradas como elementos-chave para melhorar a qualidade de vida das populações que enfrentam problemas relacionados à exploração intensa de recursos humanos e ambientais.

Este estudo possibilita compreender a percepção de uma comunidade localizada em um município do interior do Estado do Pará, a respeito dos desafios e perspectivas da parceria Empresa/Comunidade no Manejo Florestal, o que pode resultar na promoção de organizações comunitárias entre ribeiri-

nhos, seringueiros e outros grupos sociais que estejam vivenciando a mesma realidade das comunidades no que tange ao manejo florestal madeireiro.

Desta forma, este trabalho de pesquisa busca contribuir com as comunidades amazônicas, tendo em vista que o programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE) tem como principal objetivo o compartilhamento de conhecimentos relacionados às temáticas-chave na busca de melhor interação entre diferentes grupos sociais, além da difusão de novas concepções de desenvolvimento e formas mais sustentáveis de utilização de recursos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico, a seguir, apresenta algumas considerações científicas sobre questões circunscritas ao objeto de estudo, a saber, a parceria Empresa Comunidade. Assim, aborda-se o Manejo Florestal, seus conceitos e características, contextualizando-se a extração madeireira na Amazônia, e a responsabilidade socioambiental das empresas neste tipo de manejo. Em seguida, abordam-se o sentido e a importância da parceria Empresa/Comunidade, definindo seu surgimento, características e fatores que contribuem para sua efetivação.

2.1 Manejo Florestal

A definição de Manejo Florestal Sustentável, de acordo com Governo Brasileiro, por meio do Ministério do Meio Ambiente é:

Manejo Florestal Sustentável é a administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não múltiplos, produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços florestais (BRASIL, 2009b, p. 1).

Para executar o Manejo Florestal, torna-se necessário obter informações da área a ser manejada e algumas noções de como administrar a produção. O desempenho de técnicos e engenheiros florestais é fundamental, pois são responsáveis pela elaboração e execução do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), os quais poderão orientar melhor, quando conhecerem a área e o potencial produtivo da propriedade, auxiliando também na gestão.

Conforme a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (BRASIL, 2009b, p. 2), o Plano de Manejo Florestal Sustentável é um “documento técnico básico que apresenta as diretrizes e procedimentos para administração da floresta, de acordo com os princípios do manejo florestal”, ou seja, contém informações pertinentes à área a ser manejada e o planejamento

das atividades a serem realizadas ao longo do tempo.

Kenny-Jordan et al. (1999) discutem o fato de que milhões de pessoas, em todo mundo, dependem e vão continuar dependendo das florestas para sua sobrevivência no futuro próximo. Dessa forma, aumenta o interesse e as iniciativas, em âmbito regional, nacional e internacional, para proteger e conservar os recursos florestais. Diante dessa realidade, os povos tradicionais estão cada vez mais buscando formas organizativas e soluções para promover o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

De acordo com Demmer e Overman (2001), é possível compreender que os grupos sociais ligados às florestas, em função da sobrevivência, podem ser afetados diretamente, quando a exploração florestal, de uma forma desordenada, torna-se uma ameaça aos estoques florestais. Neste sentido, toda forma de intervenção, para exploração dos recursos florestais, deve ser executada de forma responsável, cautelosa e sempre levando em consideração as questões socioculturais que definem certas comunidades florestais.

Corroborando com este pensamento, Smith (2005) afirma que o Manejo Florestal é um processo social desenvolvido dentro de um contexto comunitário que envolve um grupo de pessoas. O autor considera como contexto social todos os aspectos da vida que relacionam o ser humano e seu meio ambiente natural.

De Camino (2002) enfatiza que todo Manejo Florestal deve estar sob a responsabilidade de uma comunidade local ou um grupo social mais amplo, que possam estabelecer direitos e compromissos em longo prazo com a floresta. Os objetivos sociais, econômicos e ambientais integram uma paisagem ecológica e cultural propícia para produção de uma diversidade de produtos tanto para consumo quanto para o mercado.

Cita-se, como exemplo, a exploração de Produtos Florestais Não Madeiros (PFNMs) por comunidades florestais. Esta exploração pode se estruturar de diversas maneiras, desde produtores individuais, buscando mercados regionais, até várias comunidades, por meio do Manejo Florestal Comunitário, organizando-se em associações ou cooperativas para exportar seus produtos. O sucesso das iniciativas reside nas particularidades do local e da espécie sendo

explorada, na presença de condições de mercados favoráveis e, principalmente, nos arranjos institucionais que as estruturam (DEMMER; OVERMAN, 2001).

Considerando as particularidades das florestas e a importância da prática da Gestão na existência de um elo entre os povos que lá habitam, considera-se pertinente a identificação de Ritchie (2000) quanto ao Manejo Florestal Comunitário (MFC). O autor destaca que o MFC pode ser amplamente diferenciado da visão essencialmente econômica e de mercado que orienta o Manejo Florestal Empresarial, já que as comunidades que dependem diretamente das florestas tendem a se relacionar com esse recurso, a partir de diferentes perspectivas que englobam os dois tipos de Manejo Florestal, tanto aquele voltado para atender aos interesses das instituições empresariais quanto aquele que atende aos anseios sociais e econômicos das comunidades em que o empreendimento pode ser implantado.

Embora a utilização do manejo florestal esteja crescendo na Amazônia e diversos programas de pesquisa nessa área tenham sido realizados desde a década de 1990, somente poucas empresas adotaram o manejo florestal nos últimos anos.

Manejar a floresta sustentavelmente significa usar os recursos florestais, para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, de forma que todas as espécies continuem existindo e se reproduzindo. O Sistema Florestal Brasileiro dispõe que: Não há diferenças técnicas, portanto entre o manejo comunitário e o empresarial. O Decreto nº 6.874/09, que instituiu o Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, conceitua esta categoria de manejo como sendo:

a execução de planos de manejo realizada pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades tradicionais para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema”. No manejo florestal comunitário, a comunidade define a forma de administrar a floresta, reunida em associação ou cooperativa. A organização da comunidade é fator essencial para que o manejo seja bem-sucedido. As comunidades também podem terceirizar a exploração, contratando uma empresa. Nesse caso, a exploração passa a ser empresarial. A comunidade apenas monitora a atividade para saber se o contrato está sendo cumprido. O monitoramento de manejo florestal comunitário é idêntico ao realizado num manejo florestal empresarial (BRASIL, 2009a, p. 2).

O Manejo Florestal Empresarial, representado pela indústria madeireira na Amazônia brasileira, apresenta características históricas com relação a ganhos e perdas. O setor perde muitas divisas, quando ocorre o cancelamento de vários Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), principalmente, por problemas fundiários e burocráticos, ou seja, atraso na aprovação dos planos. E essa problemática ainda vem apresentando inúmeras consequências socioeconômicas para a região. Entretanto, com a aprovação do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, o setor cresceu e vem se expandindo pela região Amazônica por meio das práticas do Manejo Florestal Sustentável.

2.1.1 Contextualização da extração de madeira na Amazônia

A exploração madeireira comercial na Amazônia teve início há cerca de trezentos anos, em um contexto, em que, principalmente nos perímetros das margens dos rios, eram extraídas as consideradas madeiras nobres, que passavam por um processo de beneficiamento e tinham como destino as maiores cidades europeias.

O século XIX trouxe uma nova realidade, pois a madeira já não apresentava tanto retorno financeiro para os exploradores amazônicos, em comparação aos produtos que se encontravam em destaque, tais como: o cacau, a castanha, as sementes e raízes e, principalmente, a borracha, que tomou o posto de produto econômico da Amazônia com maior rentabilidade, desta forma, a madeira em toras passou a ocupar uma posição secundária (DEMMER; OVERMAN, 2001).

Durante a primeira metade do século XX, a madeira era comercializada para estradas de ferro da Alemanha, Espanha e do Sul do Brasil. Na década de 50, esta exploração de dormentes teve fim e não se exportava madeira em toras, mas também se passou a comercializar madeira serrada, fato este que promoveu uma intensificação das atividades no setor industrial madeireiro na Amazônia (DE CAMINO, 2002).

Neste período, até meados dos anos 80, houve a exploração madeireira, por meio de grandes serrarias, bem como fábricas de laminados e compensados, nas regiões adjacentes de Manaus e, também, nas ilhas do estuário do

Pará e este crescimento foi originado, principalmente, por capital estrangeiro. A exploração baseava-se nas áreas de várzea, tendo como principais espécies retiradas a virola e a andiroba, respectivamente, *Virola Surinamensis* e *Carapa Guianensis*, esta produção alcançava até 80% de toda madeira explorada na Amazônia (DEMMER; OVERMAN, 2001).

A partir de 1970, com a abertura de estradas oficiais, começou a exploração de madeira na região de terra firme, principalmente no Pará, nas rodovias Belém-Brasília (PA- 010), Belém-Marabá (PA-150) e Santarém-Cuiabá (PA-163).

A produção madeireira passou, então, por mudanças em seus modelos de exploração, que não mais prevêm somente uma extração desordenada e agressiva ao meio ambiente. Dessa forma, surgiu o entendimento de que o Manejo Florestal Sustentável é a solução mais adequada tanto para as empresas quanto para as comunidades que lidam diariamente com esse tipo de processo produtivo, nos aspectos ecológicos e socioeconômicos visando ao desenvolvimento da Amazônia.

Em 2006, foi criada, no Brasil, a Lei de Gestão de Florestas Públicas que, desde então, estabelece as regras de um modelo de exploração madeireira chamado de concessão florestal e, por meio do Manejo Florestal Sustentável concede o direito de extração da madeira (BRASIL, 2006).

Este modelo é uma forma de evitar desmatamentos e ainda produzir riquezas, utilizado há mais de um século, em diversos países do mundo, como os Estados Unidos, Canadá e Finlândia. No Estado de Rondônia, a empresa AMATA vem executando seu programa em terras alugadas do governo. No município de Almeirim (PA), o Grupo Orsa, que atua no ramo da produção de celulose, opera em terras próprias um projeto agroflorestal que é referência de desenvolvimento sustentável para a região (LINS, 2012).

A implantação do Manejo proporciona um aquecimento da economia local, gerando riquezas na forma de empregos diretos e indiretos. A comercialização dos diversos produtos da floresta fomenta o empreendedorismo comunitário e atrai investidores de outras regiões. E, assim, as pessoas se conscientizam

de que a floresta é uma fonte de riqueza, se mantida em pé, o que evita as queimadas e desmatamento pelo corte raso.

A maioria dos estados e municípios da Amazônia, ainda, possui grandes áreas de florestas, nas quais poderiam ser implantados “manejos florestais comunitários” e “manejos florestais empresariais”, criando uma grande atividade econômica para a Amazônia, cuja finalidade seria justamente manter a floresta com boa parte de sua cobertura vegetal fomentando iniciativas pautadas na responsabilidade social das empresas.

Entretanto não se pode ficar indiferente ao fato de que a parceria Empresa/Comunidade no manejo florestal, também, pode apresentar alguns contrapontos. Entre eles, nota-se que algumas empresas não demonstram interesse em fomentar a qualificação da mão de obra local, pois é um risco que a empresa corre no futuro, ou seja, quando a mão de obra das comunidades sabe operacionalizar as etapas do manejo florestal, existe uma grande oportunidade da própria comunidade se organizar e desenvolver atividades relacionadas à extração da madeira, podendo agregar valor com subprodutos por meio do manejo florestal comunitário.

Além disso, há o risco de exploração da mão de obra trabalhadora, formada a partir da parceria com os próprios moradores das comunidades. Essa questão tem estado presente nos debates relacionados ao direito que cada um tem do usufruto de trabalho livre e devidamente recompensado. É um fato que muitas empresas, ao utilizarem o sistema de parcerias, sentem-se atraídas ao lucro indevido, sem refletir a respeito dos impactos dessa atitude sobre o trabalhador e sua força de trabalho.

Outro contraponto é a prática de algumas empresas no momento de disseminar em uma linguagem mais acessível, ou até mesmo fornecer a informação de como funcionará a parceria em troca do usufruto das terras das comunidades para extração da madeira. Na maioria dos casos, as empresas proporcionam aos participantes da parceria uma visão parcial sobre o empreendimento até obter favorecimento com isso, o que pode ser uma atitude revelada em contratos ou posturas que não são devidamente claros para outra parte, no caso, a comunidade.

2.1.2 Responsabilidade socioambiental das empresas

A responsabilidade social das empresas, a partir da década de 90, começou a ser estimulada sob novas diretrizes que pautavam conceitos como a ética nos negócios e, principalmente, o desenvolvimento sustentável (SANCHES, 1997).

Autores contemporâneos consideram que transformações no papel da empresa, governo e, em especial, da sociedade, proporcionaram uma nova visão da questão. Para Ashley (2002, p. 6):

Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, [...], agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização [...] assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

Os múltiplos aspectos relacionados à legislação, às mudanças de preferências do consumidor, à ação de grupos ambientalistas e às estratégias empresariais daí decorrentes constituem uma nova regulação ambiental, contribuindo para o surgimento de um novo conjunto de valores, que possibilitam eliminação ou correção de produtos e processos não comprometidos com as práticas consideradas ambientalmente sustentáveis (SILVA, 1995).

As respostas das empresas às questões ambientais podem variar muito, de acordo com o tipo de negócio envolvido, com os problemas ambientais potenciais decorrentes da atividade, com o tamanho da organização, com a complexidade da estrutura corporativa e com a relação da empresa juntamente com comunidade onde está inserida (SANCHES, 1997).

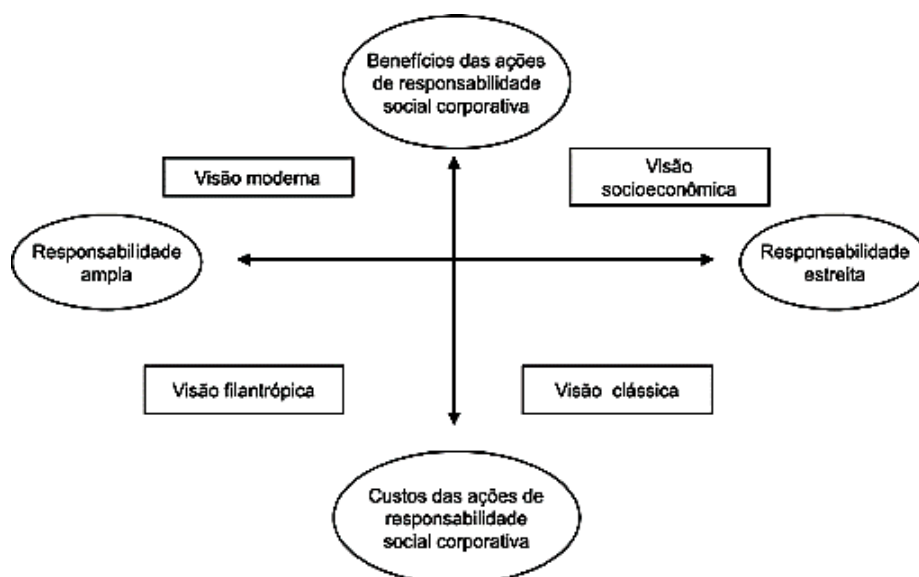
As atividades de responsabilidade social afetam o estoque de capital reputacional e, conseqüentemente, o valor dos ativos intangíveis da organização (FOMBRUN; GARDBERG; BARNETT, 2001). Sendo assim, podem atrelar e fomentar vantagens competitivas, mantendo e atraindo recursos, diminuindo riscos que, possivelmente, surgiriam com ausência de responsabilidade.

Desta forma, o fato de estreitar boas relações com a comunidade local deve ser mantido pelas empresas, como um ativo na forma de acumulação de capital social que, por sua vez, poderá ser capitalizado para garantir a licença para operar. As empresas devem usar todos os seus recursos, investimentos financeiros, contratação de pessoal e de serviços, para contribuir com as comunidades, de forma a fortalecer a sua estrutura econômica e social, criando um ambiente mais propício e estabilizado para realização dos seus negócios (MONAGHAN; SABATER; WEISER, 2003).

Entretanto, além dos benefícios, existem custos e riscos no relacionamento com as comunidades. Mas, em geral, quanto maior o nível de engajamento maior o potencial de resultados positivos, assim como maior investimento de tempo e recursos requeridos. Visões sobre a responsabilidade social das empresas podem ser representadas por um modelo de duas dimensões: a dimensão da responsabilidade social e a dimensão dos resultados derivados do compromisso social dos negócios (custos ou benefícios) (QUAZI; O'BRIEN, 2000).

Gomes et al. (2006) apresentam as discussões de Quazi e O'Brien (2000), recorrendo sobre um modelo de responsabilidade social corporativa, representado na Figura 1, em que se organizam estas responsabilidades, baseadas em dois eixos distintos. Em cada quadrante deste gráfico, podemos fazer as definições de visões discutidas a seguir.

Figura 1 - Modelo bidimensional de responsabilidade social corporativa (RSC).



Fonte: Quazi e O'Brien (2000).

Evidencia-se, na Figura 1, o modelo bidimensional relacionado à responsabilidade social corporativa cujos benefícios das ações derivadas dessa responsabilidade envolvem os custos sociais, com base nas mais diversas visões que fundamentam o exercício dessa responsabilidade por parte das empresas.

Visão clássica: corresponde à visão primária da responsabilidade social. As empresas consideram que as ações de responsabilidade social não geram valor para a empresa e, portanto não devem ser desenvolvidas.

Visão socioeconômica: considera que a função-objetivo da empresa é a maximização do valor para o acionista, mas que as ações de responsabilidade social podem ajudar nessa geração de valor. Nesse contexto, as ações de responsabilidade social podem se justificar, inclusive, quando a direção mantém uma visão reduzida a respeito.

Visão filantrópica: defende as ações de responsabilidade social, mesmo que não tragam retornos para a empresa.

Visão moderna: trata-se de uma perspectiva segundo a qual a empresa mantém uma relação ampla com a sociedade e obtém benefícios líquidos de curto e longo prazos, derivados da responsabilidade social corporativa (GOMES et al., 2006, p. 952).

Nota-se que a responsabilidade social engloba percepções múltiplas que se estendem desde a visão clássica até aquela mais sintonizada com as demandas socioambientais contemporâneas.

2.2 Parceria Empresa - Comunidade

Compreende-se que a concepção de parceria está associada a qualquer tipo de relação ou baseada em participações com benefícios mútuos, ou seja, dois ou mais indivíduos e entidades que proporcionam ou usufruem de benefícios neste contexto. Silva (2013) discorre sobre a utilização deste termo como forma de descrever e caracterizar variedades de interações, acordos e contratos formais ou informais que podem basear-se em articulações individuais ou organizacionais.

Tachizawa (2002) caracteriza como parceria ou aliança estratégica as interações entre organizações do mercado, da sociedade civil ou governa-

mentais caracterizadas pela somatória de esforços, conhecimentos e recursos com objetivos comuns.

Estas relações de parcerias que envolvem organizações não são recentes, vários estudos e documentos históricos trazem exemplos neste sentido, levando em consideração a participação do setor público, entidades privadas e a sociedade civil. De acordo com Silva (2013), houve uma evolução nos objetivos e tipos de participação em parcerias, principalmente, nos últimos quatro séculos, visto que, a partir da década de 70, surgem novas formas de parceria, com muito mais intensidade de participação da sociedade civil organizada.

Neste contexto, é possível considerar que, “por intermédio das alianças e parcerias, uma organização pode superar suas lacunas e preencher espaços importantes nos quais não é tão forte isoladamente” (TACHIZAWA, 2002, p. 21).

Noleto (2004) insere as parcerias entre empresa e comunidade, também reconhecidas como acordos formais, no âmbito de parceria entre organizações privadas e organizações sem fins lucrativos e as caracteriza como fruto da necessidade de constituição de gestões eficazes, o que implica, não somente na utilização adequada de recursos, mas também no desenvolvimento das pessoas envolvidas nos processos, além de melhorar a qualidade dos serviços e promover o atendimento das necessidades da comunidade.

2.2.1 Surgimento da parceria Empresa/Comunidade

Tendo em vista a compreensão dos conceitos relacionados à parceria, é possível analisar a importância da ampliação de seus objetivos e atuação para benefícios que vão além do financeiro, mas também contemplam o meio social. Noleto (2004, p. 15) apresenta a concepção de que a construção de parcerias é uma abordagem muito peculiar a cada organização, no que se refere aos seus valores, aos princípios, à sua missão e visão, além de suas intencionalidades éticas, seu posicionamento junto à sociedade e a seus objetivos estratégicos”.

Atualmente é possível observar um contexto em que os movimentos sociais se apresentam mais engajados e com forte poder de persuasão por meio de uma comunicação que utiliza a internet como ferramenta de compartilhamento de saberes e opiniões, sendo elas positivas ou negativas (NOLETO, 2004).

Desta forma, observa-se, também, uma evolução, no que se refere às organizações, que passam por uma mudança, no campo da gestão de pessoas e processos, movimento este que favorece o surgimento de interações em busca de marketing e valorização de fatores como desenvolvimento da comunidade em que esteja inserida. Pode-se considerar que:

Sendo o cenário mundial atual submetido às regras do mercado, os impactos das transformações ocorridas nele influenciam todos os setores da sociedade, bem como as organizações. Dessa forma, a abertura das fronteiras econômicas entre os países, a necessidade de exploração de novas oportunidades comerciais e o avanço acelerado da tecnologia e do conhecimento conduzem as organizações a elaborar novas formas de gerenciamento. Nesse contexto, desenvolvem-se as alianças e parcerias para propiciar a competitividade das organizações e sua sobrevivência no mercado (MONTE, 2004, p. 37).

Compreende-se que todas as mudanças ocorridas nos diversos cenários mercadológicos têm como repercussão impactos no próprio modo de como a sociedade está organizada. Isso leva à ocorrência de fenômenos como a abertura de novas formas de gerenciamento e relações entre os mercados. É diante desse panorama que as parcerias entre Empresas e Comunidades se desenvolvem e se solidificam com o objetivo final de manter o negócio competitivo no segmento em que atuam.

É possível inferir que, conforme a sociedade evolui, há quebras de paradigmas sociais que também exigem das organizações a busca por estratégias inovadoras e consistentes no sentido de atender as demandas do seu ciclo organizacional. Uma dessas iniciativas é o estabelecimento de parcerias com a comunidade que está em seu entorno.

Assim, de acordo com Silva (2013, p. 24), “a concepção de parceria abrange uma associação em que a somatória das partes possui representativi-

dade maior que a soma individual de seus membros e se caracteriza como um fortalecimento mútuo para o alcance de um determinado fim comum”.

As parcerias empresa-comunidade surgem como estratégia importante com a finalidade de proporcionar articulações efetivas, para um ambiente colaborativo, as quais incluem as dimensões financeiras, além do desenvolvimento social, intelectual e organizacional no contexto apresentado, promovendo articulações em diversas áreas (NOLETO, 2004).

Segundo Warner (2003), as alianças comunidade-empresa para o desenvolvimento sustentável são um fenômeno novo e surgiram da necessidade dos setores individuais em resolver as questões ligadas ao desenvolvimento sustentável, baseando-se em estratégias de compartilhamento dos riscos, além de agregar recursos e habilidades para o benefício mútuo e da sociedade como um todo.

Além disso, o autor afirma que estas alianças, parcerias ou acordos se diferenciam de outras formas de parcerias como as público-privadas, as quais, geralmente, baseiam-se na transferência de responsabilidades e riscos de um setor a outro; surgem a partir da iniciativa da empresa, por meio do estabelecimento de contratos formais, pelos quais elas obtêm uma fonte segura de matéria-prima, oferecendo em contrapartida à comunidade a chance de organização social, além de acesso à melhoria de renda e infraestrutura.

Silva (2013) discorre sobre as preocupações efetivas em sistematizar parcerias e alianças empresariais e corrobora com as discussões de Morsello (2004), a respeito da contemporaneidade dessas reflexões, principalmente, relacionadas às comunidades amazônicas. O autor afirma que:

até o início da década de 1990 as alianças entre organizações eram praticamente desconhecidas no Brasil. Em 1998, o tema emergiu em meio ao crescimento da atuação social das empresas o que impulsionou o surgimento de alianças estratégicas intersetoriais. Neste período, era muito comum a ocorrência de alianças entre organizações privadas e organizações do terceiro setor (SILVA, 2013, p. 24).

Morsello (2004) afirma que ainda são raros os trabalhos publicados sobre o setor florestal, referentes às parcerias estabelecidas entre empresas e

comunidades. A autora relata que a maioria é voltada à análise da exploração madeireira, e poucos são os trabalhos que estudam as parcerias realizadas com o intuito de analisar a cadeia produtiva dos produtos florestais não madeireiros ou a comercialização dos serviços ambientais.

De acordo com Amaral e Amaral Neto (2005), são enfatizados aspectos que apresentam as parcerias entre empresa e comunidade como alternativa de renda e desenvolvimento, porém os autores fazem um alerta:

Parcerias entre empresas e comunidades têm se mostrado como uma alternativa importante para as comunidades reduzirem os custos de produção. Contudo, essas experiências precisam ser mais bem analisadas para que possam ser sustentáveis, inclusive, em aspectos sociais (AMARAL; AMARAL NETO, 2005, p. 72).

No âmbito da realidade amazônica, a população conta com uma diversidade de recursos florestais que interessam bastante às empresas, principalmente, às indústrias madeireiras que visam à madeira como matéria-prima para produção em grande escala de produtos e subprodutos. As iniciativas comunitárias são cada vez mais frequentes na Amazônia e acompanhadas de parcerias que trazem consigo oportunidades, problemas e soluções às comunidades (NOLETO, 2004).

2.2.2 Características principais da parceria entre empresa e comunidade

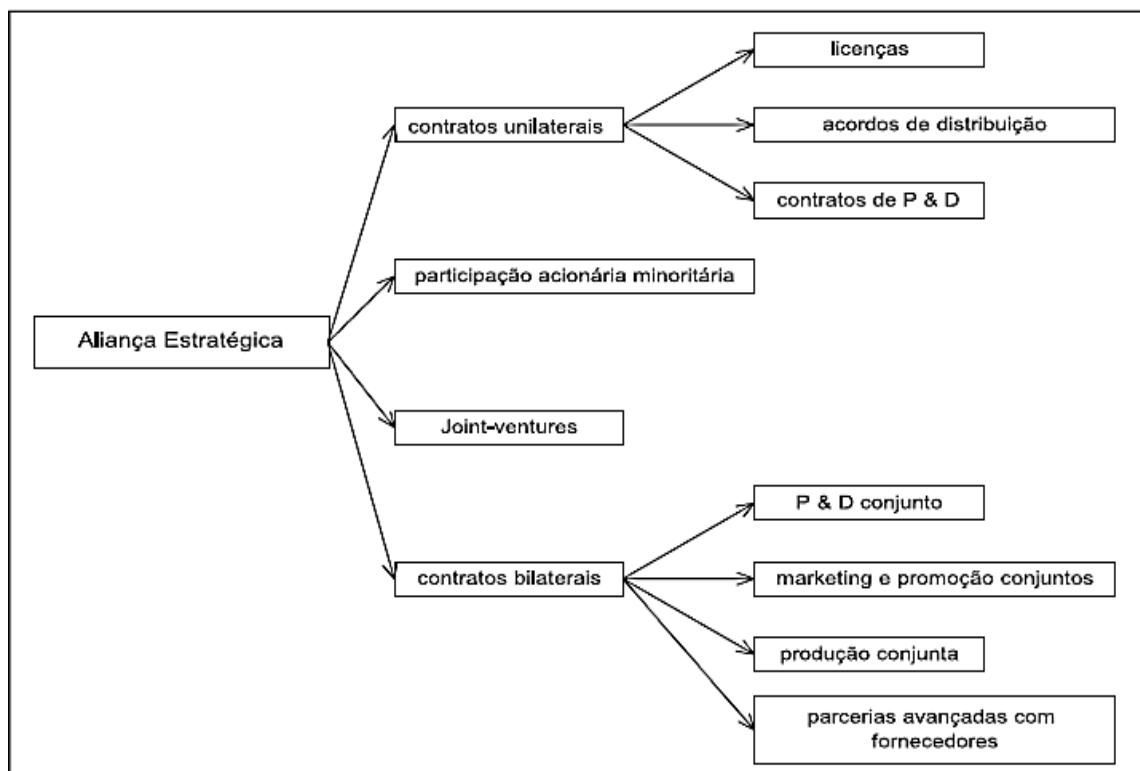
As parcerias empresa-comunidade podem ser compreendidas, também, como acordos (que podem ser formais ou informais) ou ainda alianças estratégicas que são:

Acordos nos quais dois ou mais parceiros dividem o compromisso de alcançar um objetivo comum, unindo todas as suas capacidades e recursos e coordenando as suas atividades. Uma aliança estratégica implica algum grau de coordenação estratégica e operacional das atividades e inclui, entre outras, as seguintes operações: atividades conjuntas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), transferência mútua de tecnologia, concessão de direitos exclusivos de produção e venda e acordos de cooperação na área de marketing. Alianças estratégicas podem ou não envolver participação acionária (TEECE, 2000 apud KLOTZLE, 2002, p. 89).

As alianças estratégicas podem apresentar diversas configurações, de acordo com o contexto no qual estejam inseridas, conforme podemos analisar na descrição apresentada acima. Desta forma, os tipos de acordo são variáveis, apresentando características distintas. No contexto amazônico, estes são aspectos intimamente ligados à realidade ribeirinha, indígena e extrativista.

Podemos identificar, na Figura 2, um esquema de tipo de aliança estratégica, em que é possível localizar os acordos entre comunidades amazônicas e empresas no âmbito de contratos bilaterais por meio de parcerias avançadas com fornecedores.

Figura 2 - Tipos de Aliança Estratégica.



Fonte: Klotzle (2002).

Observa-se que os tipos de alianças estratégicas envolvem aspectos como contratos unilaterais que se subdividem em licenças, acordos de distribuição e contratos de P e D; a participação acionária minoritária, as joint-ventures e os contratos bilaterais que se dividem em P e D conjunto, marketing e promoção conjuntos, produção conjunta e parcerias avançadas com fornecedores.

Segundo Amaral e Amaral Neto (2005), podemos analisar o estabelecimento destas alianças estratégicas entre empresas e comunidades amazônicas, por meio do incentivo de instituições de pesquisa, assessoria e projetos, além de iniciativas governamentais para desenvolvimento regional.

Os autores, também, destacam que estas relações têm se dado, a partir de diferentes arranjos, pois alguns casos visam ao aproveitamento de madeira oriunda de desmatamento como estratégia de suprimento de matéria-prima pela indústria em que não são previstas ações de manejo, ou ainda aquelas que preveem o manejo, por meio de acordos de cooperação, em algumas etapas do manejo, projetos de manejo florestal comunitário ou ainda acordos para processamento de produtos florestais não madeireiros (AMARAL; AMARAL NETO, 2005).

Neste caso, é importante analisar as condições necessárias, para que mecanismos como critérios de relações de colaboração, acordos de compromisso participativos, fortalecimento das capacidades de negociação da comunidade, tipos de contratos, prazos para seu cumprimento, possam mostrar-se viáveis (MARTINI, 2005 apud AMARAL; AMARAL NETO, 2005).

Levando em consideração esta necessidade, Silva (2013) discute que é fundamental serem realizadas ações, por parte das organizações envolvidas, que ofereçam qualidade de vida, desenvolvimento social e bem-estar para toda a comunidade, já que:

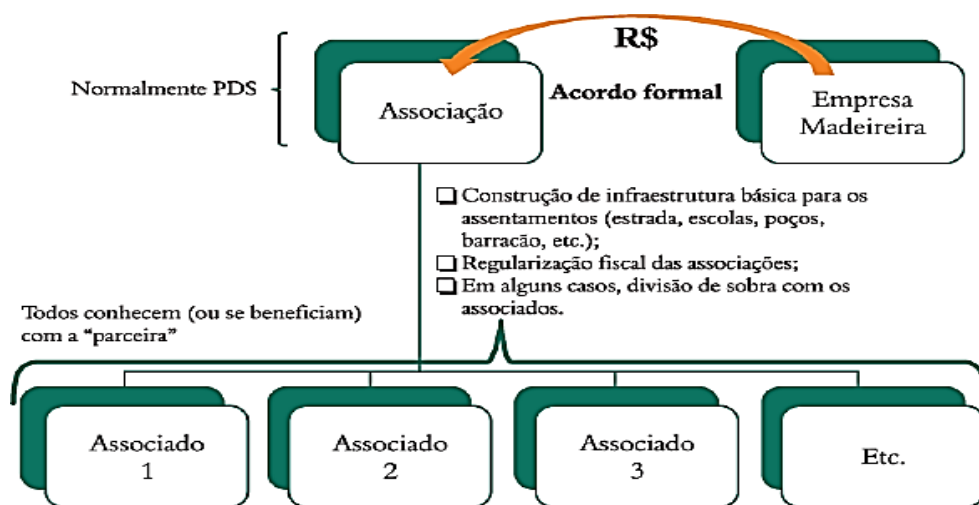
As organizações sustentáveis baseiam suas práticas e premissas gerenciais de modo a atender prioritariamente os critérios economicamente viáveis, mantendo-se competitivas no mercado, com ética, responsabilidade social, transparência e governança corporativa, produzindo de maneira a não agredir o meio ambiente e contribuindo com o desenvolvimento social da região e do país em que atuam (SILVA, 2013, p. 30).

Estas alianças caracterizam-se, ainda, pela premissa de que esta relação deve envolver benefícios, para ambos os lados, dado que, se uma das partes demonstra despreparo diante das ações a serem desenvolvidas, os dois serão prejudicados, é neste momento que pode haver disparidades com relação ao controle. Segundo Morsello (2004), é provável que se observem a imposição de restrições ou regras unilaterais, interferências em decisões relativas aos benefícios ou atividades ou ainda a imposição do direito de preferências ou exclusividades.

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB, 2011) analisou alguns acordos entre empresas e comunidades, para a exploração de madeira em assentamentos rurais, na região da BR163 e entorno, no Estado do Pará e identificou alguns fatores que contribuíram para escolha da modalidade de parcerias, assim como também foram identificados problemas nos contratos que permeavam o potencial madeireiro de algumas comunidades.

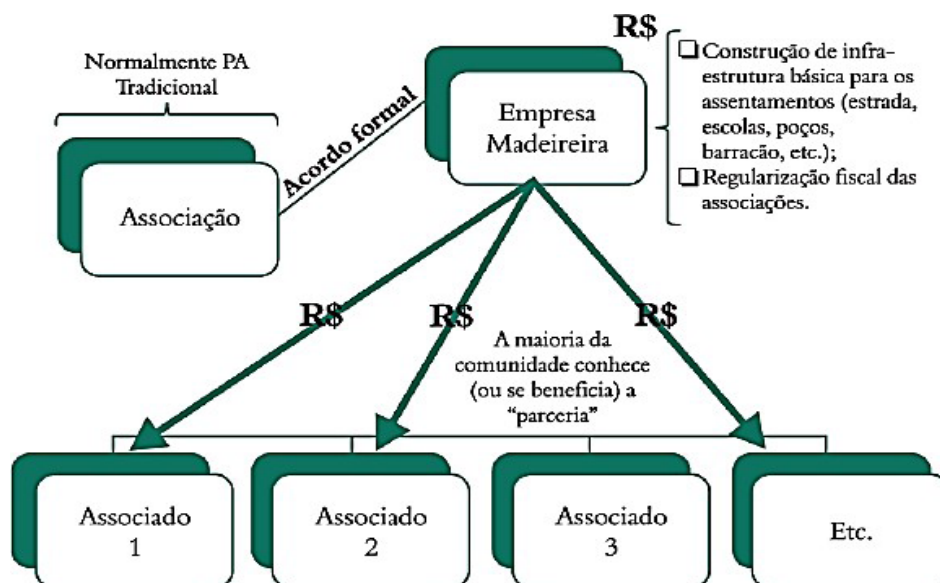
Com base neste estudo, foram caracterizados três tipos de acordos, conforme a representação de um acordo formal com a utilização coletiva do recurso financeiro, Figura 3.

Figura 3 - Acordo formal com a utilização coletiva do recurso financeiro.



Fonte: IEB (2011).

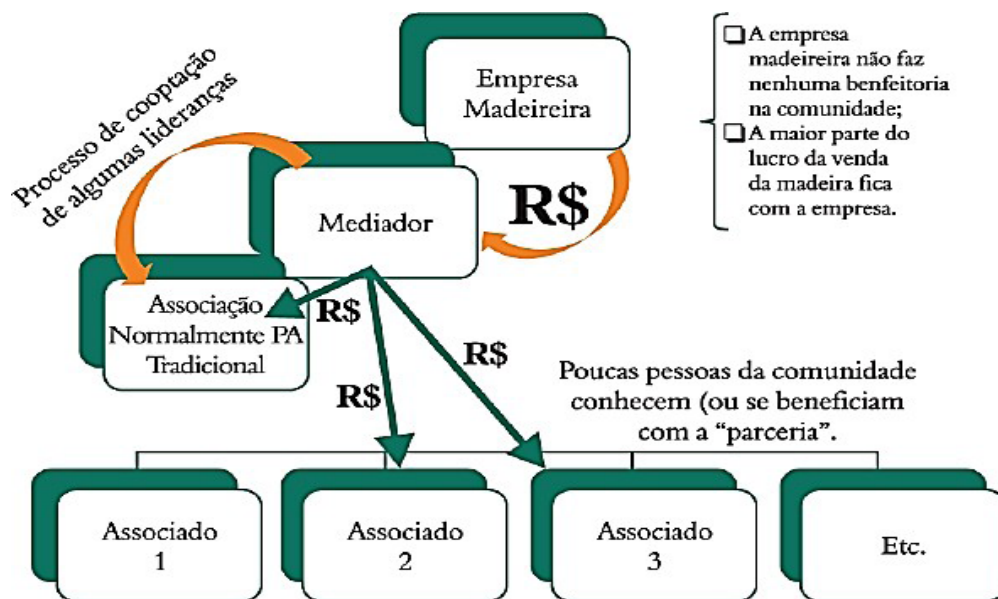
Figura 4 - Acordo formal com a utilização individual do recurso financeiro.



Fonte: IEB (2011).

Nota-se que, nos acordos formais com a utilização individual e coletiva dos recursos financeiros, é necessário que haja transparência nessas parcerias, o que indica que todos os participantes desse contrato devem estar plenamente cientes da movimentação, dos fluxos de caixa, dos lucros e investimentos a serem feitos e, finalmente, dos dividendos que precisam ser rateados equitativamente.

Figura 5 - Acordo informal com a utilização individual do recurso financeiro.



Fonte: IEB (2011).

Observa-se que, nos acordos informais com a utilização individual dos recursos financeiros, é comum apenas algumas pessoas pertencentes à comunidade serem beneficiadas com a parceria, somado ao fato de que a maioria dos comunitários desconhece o modo como a divisão dos recursos referentes ao acordo acontece, ainda que os contratos sejam formalizados.

Levando em consideração as informações apresentadas, nas figuras acima, é possível compreender melhor de que maneira os benefícios realmente alcançam as comunidades, no caso dos acordos formais (com a utilização coletiva ou individual dos recursos financeiros), observa-se o acesso a diversas melhorias, incluindo infraestrutura básica como: construção de estrada, ponte, barracão comunitário, escola e igreja e, estas, por sua vez, são as principais obras de melhoria da infraestrutura da comunidade e, conseqüentemente, do assentamento, obtidas nos acordos formais (MORSELO, 2004).

Além desses benefícios, em algumas comunidades, ocorre a geração de emprego e a manutenção da via de acesso ao assentamento, durante a execução do plano de manejo de regulamentações fiscais, além da possibilidade de melhor estruturar a organização social (IEB, 2011).

Com relação aos problemas identificados, principalmente, nos acordos informais entre empresas e comunidades (IEB, 2011), ressalta-se a falta de preparo nas negociações das lideranças representativas das comunidades, pois, em algumas, as motivações manifestadas pelas famílias envolvidas nas parcerias, para exploração da madeira, eram apenas para obtenção de recurso financeiro. E, conseqüentemente, o problema consiste na ausência de discussão para investimentos coletivos em infraestrutura para melhoria da comunidade.

Como contraponto a isso, Clay (2002) afirma que as parcerias apresentam aspectos positivos por: possibilitarem a manutenção das comunidades em seu ambiente florestal de origem e, principalmente, aumentarem a consciência pública quanto à conservação florestal e à proteção dos direitos dos povos indígenas e extrativistas.

Entende-se, assim, que existem muitos aspectos benéficos na parceria Empresa/Comunidade, sendo os mais destacados a vantagem das comunidades permanecerem em seu local de origem, produzindo, sem precisar migrar para outras regiões e, mais importante ainda, estimular a emancipação econômica como resultado da responsabilidade social das empresas e do interesse da participação dos membros de uma comunidade nos acordos firmados.

Neste sentido, considera-se salutar, antes, durante e depois da implementação do Manejo Florestal Sustentável, o incentivo as formas organizativas, pois a ausência dessa iniciativa provoca o surgimento de lacunas organizacionais e, conseqüentemente, de problemas que impedem o crescimento econômico das comunidades envolvidas no firmamento das parcerias (MORSELO, 2004).

2.2.3 Fatores que incentivam o uso de parcerias para exploração florestal

Existem vários fatores que contribuem para o surgimento da utilização, modalidade de parcerias entre empresas e comunidades florestais, principalmente, no que se refere à execução de atividades madeireiras desenvolvidas por meio do Manejo Florestal Empresarial.

Silva (2013) especifica que, nas últimas décadas, essa temática foi bastante discutida nos fóruns de debates mundiais de decisões sobre os problemas ambientais. Cita-se, como exemplo, a Rio+10, em que as empresas tiveram um destaque nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável e, principalmente, discutiram as formas de parcerias.

Para a sociedade como um todo, as parcerias podem auxiliar a aumentar as expectativas em relação aos direitos humanos, padrões de emprego e ambientais, além de informar a população sobre a situação das comunidades habitantes da floresta [...]. Mais importante, no entanto, são os benefícios para o desenvolvimento local, já que as evidências demonstram que, apesar dos problemas, os resultados da exploração individual por comunidades ou empresas são menores que aqueles que ocorrem quando são formadas parcerias (VERMEULEN et al., 2003 apud MORSELLO, 2004, p. 16).

Dentre os fatores determinantes, para que as empresas participem desses acordos, segundo Morsello (2004) e Silva (2013), é possível destacar: as oportunidades e ameaças geradas pela globalização; o aumento do interesse por questões sociais; as iniciativas comunitárias; as possibilidades de exploração dos recursos florestais por meio do baixo custo e do trabalho comunitário; o grande potencial de marketing.

Percebe-se que algumas razões têm movido empresas a participar das parcerias comerciais com comunidades em que estão localizadas. Uma delas, indubitavelmente, é a globalização que, ao mesmo tempo em que cria oportunidades de negócios bem-sucedidos, também podem provocar perdas. Além disso, as questões sociais, as iniciativas que se originam das comunidades e a chance de exploração sustentável dos recursos florestais acabam atraindo as organizações empresariais para efetivarem acordos comerciais com as comunidades de extrativistas.

Com relação às consequências geradas pela globalização, é necessário apontar dois aspectos fundamentais. Primeiro, as empresas operam em ambiente mais competitivo e, dessa forma, devem utilizar diversos meios para ampliar e diversificar mercados (MORSELLO, 2004).

Morsello (2004) acredita que a segunda consequência, provocada pela globalização, refere-se às vantagens competitivas associadas a ela, pois têm

forçado as empresas a responderem não apenas a investidores e clientes, mas a um grupo cada vez mais complexo em termos de atores e de área geográfica. A criação e manutenção dessas relações com os diversos participantes incentiva a adoção de estratégias como as parcerias.

Outro fator está relacionado às vantagens competitivas que as empresas usufruem e o baixo custo da exploração do trabalho comunitário, que oportuniza acesso aos recursos naturais que supram a demanda com garantia de uma mão de obra com alto grau de confiança e legitimidade, com menos investimentos que a exploração industrial e, também, com menos impactos ao meio ambiente, o que já se enquadra nas discussões ambientais e étnicas, cada vez mais repercutivas na sociedade (SILVA, 2013).

Como último fator, pode-se apontar o grande potencial de marketing envolvido nestes acordos, em função do relacionamento que se estabelece do nome das empresas às causas ambientais e indigenistas discutidas anteriormente, o que apresenta muito peso no contexto amazônico. As parcerias, ao ligar o nome das empresas às causas socioambientais, também permitem que estas ganhem nichos de mercado crescentes em produtos verdes e socialmente responsáveis, além de possibilitar a fuga dos boicotes e evitar a perda de mercado, o que se torna propaganda eficaz e sem custos adicionais (MORSELLO, 2004).

No âmbito da participação das comunidades nas parcerias, destacam-se como fatores importantes: o acesso às necessidades que o poder público não consegue atender; a melhoria da economia local; a proteção dos recursos florestais; a possibilidade de organização social (MORSELLO, 2004; SILVA, 2013).

Já no contexto das comunidades, o acesso às necessidades é um fator de muita importância, tendo em vista que as comunidades amazônicas, até mesmo em função da distância, apresentam grandes dificuldades no que diz respeito a alguns serviços que o poder público deveria oferecer, como infraestrutura (saneamento básico, estradas, pontes, escolas, postos de saúde, centros comunitários, fornecimento de energia elétrica, tratamento da água, outros), além de programas de assistência social (SILVA, 2013).

Também é possível apresentar aspectos relacionados à melhoria da economia local, por meio da oportunidade de maiores retornos econômicos em

termos de renda, oportunidades de emprego assalariado ou desenvolvimento de empreendimentos locais, além da criação de fontes de renda mais regulares e seguras que trazem maior circulação de dinheiro dentro da comunidade e aumentam as possibilidades de negócio com base na organização das atividades produtivas (MORSELLO, 2004).

Quanto à proteção dos recursos florestais, é importante destacar que estes acordos oportunizam a possibilidade de uma exploração muito mais racional dos recursos, já que os exploradores são membros da comunidade que têm, em suas raízes culturais, a consciência ambiental e interesse em preservar e habilidade de monitoramento das estratégias de exploração, privilegiando aquelas que não agriam tão incisivamente o meio ambiente (SILVA, 2013).

O último fator apontado neste contexto é a possibilidade de organização social. Verifica-se que estes grupos costumam trabalhar em harmonia, mas sem apresentar necessariamente uma ordem baseada em princípios ou que efetivem aspectos de planejamento e monitoramento de atividades, desta forma, o contato com as organizações privadas, que já apresentam diretrizes organizacionais estabelecidas, é uma oportunidade de compreender os conceitos e os meios de desenvolver estes aspectos dentro das comunidades (SILVA, 2013).

3 METODOLOGIA

Neste trabalho, buscou-se desenvolver pesquisa quantitativa e qualitativa, aplicando a técnica de entrevistas conduzidas por questionários semiestruturados para analisar a percepção dos moradores de um município do Estado do Pará a respeito dos desafios e perspectivas da parceria Empresa/Comunidade que vem ocorrendo por meio de manejo florestal executado por uma madeireira de grande porte. Além disso, a metodologia de estudo de caso auxiliou as observações e análises do cotidiano dos comunitários.

Yin (2005) caracteriza o estudo de caso como a verificação empírica de fenômenos contemporâneos dentro do contexto da vida real, dando destaque ao fato de que o fenômeno e o contexto investigados não estão claramente definidos. “Esta metodologia apresenta a oportunidade de responder a questões comuns do cotidiano, pois se depara com situações tecnicamente únicas em que haverá mais variáveis de interesse do que pontos de dados” (YIN, 2005, p. 09).

3.1 Localidade do Estudo

O trabalho tem como localidade de análise um município do Estado do Pará, que se encontra no estuário do rio Amazonas, possuindo uma área total de 8.540.032 km². No município existe uma grande concentração de áreas constituídas por várzeas, que correspondem a 57,9% da área total, restando 23,8% de superfície composta por terra firme e 18,3% de rede hidrográfica, que é sua principal via de acesso. Estima-se que 23,3% da população rural viva nas áreas de terra firme e 58,2% nas áreas de várzea.

O acesso ao município é feito, principalmente por via fluvial, com um tempo de viagem de barco de grande porte entre 24 a 26 horas, a partir da capital Belém e, a partir da capital Macapá, são aproximadamente 12 horas, no barco de grande porte.

Por outro lado, quando a viagem ocorre por meio de embarcação menor com estrutura de ferro, cabine e motor de 100 HP, a duração pode ser realizada

em menor tempo, 5 horas, até a sede do município. Enfatiza-se que as estimativas de tempo podem variar de acordo com influência da tábua de maré.

A escolha das localidades de estudo ocorreu em virtude de a pesquisa coincidir com o período do cronograma de desembolso financeiro, organizado com apoio da Associação de Moradores do Município, referente ao pagamento da compensação pela exploração madeireira executada pela empresa madeireira.

É importante enfatizar que a Associação de Moradores é uma organização representativa, sendo interlocutora das comunidades que articulam com a madeireira as áreas que serão exploradas anualmente no manejo florestal. A Associação tem escritório na sede do município e, legalmente, conta com 512 famílias associadas e compõe-se de cerca de 2.700 pessoas. Ela possui um quadro executivo completo de funcionários.

A empresa em questão é uma madeireira de grande porte que possui uma área de produção, situada no município de Benevides/PA, distrito industrial de Belém, local onde processa toda madeira que chega da área manejada e comercializa as produções, para o mercado interno, atendendo as demandas das regiões circunvizinhas. Porém o grande potencial gerador de receita da empresa é a exportação da madeira.

Próximo aos locais de extração da madeira, a empresa construiu um porto legalizado e uma infraestrutura que serve de base, para realizar a extração de campo, alojando cerca de 75 trabalhadores. Na sede do município, também, há um escritório, que funciona como suporte administrativo e serve de local para reuniões com as comunidades e organizações locais. A parceria firmada é caracterizada por um acordo social, que aqui é denominada de parceria empresa-comunidade.

3.2 Sujeitos da Pesquisa

O momento da identificação dos participantes e do cotidiano dos moradores foi crucial para o desenvolvimento da pesquisa e conseqüentemente para elaboração do tópico dos resultados e discussão, pois enquanto o pes-

quisador realizava a pesquisa bibliográfica relacionada as experiências de manejo florestal no Brasil, o mesmo ia visualizando in loco a realidade das comunidades envolvidas no processo do manejo florestal e da parceria empresa comunidade em questão. Este processo, enriqueceu o trabalho de campo, facilitando tanto o levantamento das informações e contribuindo com uma das metodologias escolhidas, observador participante, quanto na execução do objetivo geral, pertinente a percepção dos moradores de um município do Estado do Pará a respeito dos desafios e perspectivas da parceria Empresa/Comunidade no manejo florestal. Neste sentido, o pesquisador sentiu-se inserido no cotidiano dos comunitários observando e participando ativamente do processo de intervenção como contribuição ao amadurecimento das comunidades por meio da oficina de organização comunitária.

Assim, para realização desta pesquisa, o pesquisador estabeleceu parcerias com as instituições de pesquisa, obtendo principalmente o apoio da Empresa madeireira e Associação de moradores que contribuíram com a logística, acomodações e materiais para realização desta oficina. Além desta, foram desenvolvidas outras oficinas pelas instituições de pesquisa, como por exemplo, oficinas de Projetos Comunitários, Manejo Florestal de açaí, Agricultura, Saneamento ambiental, entre outras que serão realizadas em 2018.

Foram entrevistados 35 pessoas, entre elas, jovens produtores, mulheres e homens produtores ou não produtores com intuito de discutir e apresentar os objetivos da pesquisa e para obtenção de dados e informações detalhadas sobre o assunto em voga.

Os moradores das comunidades foram entrevistados em outro período após a realização da Oficina sobre Organização comunitária realizada em uma das comunidades. Durante a oficina observou-se o perfil dos presentes, identificando-se os que apresentaram maior interesse por meio da participação, interação e conhecimento sobre a realidade da região. Optou-se por esses critérios de escolha, pois facilitou a coleta dos dados, registrando-se com mais precisão as questões dos eixos definidos nos questionários.

Para realização da pesquisa foram necessários o envolvimento e a participação do público alvo que faz parte da parceria empresa/comunidade, utilizando-se a estrutura e a programação, da oficina de organização comunitária, para criar relação de confiança entre o pesquisador e os moradores, e assim, durante a oficina observar os perfis, o cotidiano e vivenciar a realidade local mais de perto.

3.3 Instrumentos de coleta de dados

Para alcançar os resultados, as questões dos eixos variaram entre fechadas e abertas, sendo que as fechadas com opções pré-definidas, realizando-se entrevistas utilizando questionários semiestruturados no período de 20 a 22 de dezembro de 2016.

O roteiro da entrevista semiestruturada (APÊNDICE B) foi dividido em três eixos:

a) Eixo 1-Informações sobre o perfil sócio demográfico e planejamento da produção.

Neste eixo foram identificados por meio de questões abertas e fechadas, sendo que as fechadas com opções pré-definidas, como, dados sobre sexo, idade, estado civil, profissão, escolaridade, naturalidade, benefício (bolsa), ou aposentadoria, renda (R\$) (pessoal ou familiar) e informações sobre o planejamento financeiro familiar e da produção, contabilidade e comercialização de produtos.

b) Eixo 2 - Identificação da participação e interesse em formas organizativas.

O segundo momento da entrevista abordou pautas sobre os conceitos, experiências e interesses dos comunitários em se organizar socialmente, identificando-se a existência de regras internas para tomada de decisão coletiva, formas organizativas, apoio de entidades (empresas, ONGs, associações e outros), encontros ou reuniões para planejamento e soluções de problemas, a existência de líderes comunitários, participação e identificação de novos líderes.

c) Eixo 3- Percepção dos comunitários sobre a Parceria Empresa/Comunidade

A última parte destinou-se à identificação da percepção dos comunitários sobre a relação da parceria estabelecida entre empresa e comunidades em suas mais diversas formas (manejo florestal, pagamento individual pela retirada da madeira, repasse de recursos financeiros para projetos sociais na comunidade, entre outros), com o intuito de verificar o quanto o comunitário está participando.

3.4 Análise e interpretação dos resultados

Segundo Gil (2010) a análise dos dados consiste em organizá-los e sistematizá-los, enquanto que a interpretação visa o sentido amplo das respostas, tendo como objetivo principal a compreensão das informações fundamentais e complementares inseridas no contexto.

Os dados foram organizados em duas partes. A primeira referente as questões fechadas, as quais foram analisadas por meio de análises de frequência, gerando-se gráficos e tabelas que estão evidenciados no capítulo a seguir, acompanhados das devidas considerações e referências contextualizadoras. A segunda parte, refere-se as questões abertas que foram analisadas de forma objetiva e subjetiva, observando a participação, posicionamento e percepção dos comunitários por meio de uma oficina de organização comunitária e aplicação de questionário, possibilitando a identificação de um contexto particular, sob o ponto de vista das pessoas envolvidas e não apenas da ótica do pesquisador, mas, essencialmente, dos informantes enquanto co-participantes das informações adquiridas. Sendo assim, buscou-se realizar uma análise de dados consistente com fundamento na avaliação das informações coletadas, traçando um paralelo com as informações quantitativas e aprofundando as discussões resultantes das mesmas de modo a se compreender e refletir a respeito da realidade pesquisada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil é um dos membros da Organização Internacional do Comércio de Madeiras (ITTO), cujos preceitos e metas estabelecem que toda a madeira comercializada pelos países membros seja produzida em florestas sob manejo sustentável (FILOCREÃO, 2005).

Esses compromissos levaram o Brasil, finalmente, a traçar um plano para a Amazônia sustentável e uma política nacional para o setor florestal, com programas específicos para tratar sobre a floresta Amazônica. Como parte dessa política florestal para o Brasil, foi criado o Programa Nacional de Florestas (PNF) pelo Decreto nº 3.240, de 20 de abril de 2000 e o serviço florestal brasileiro (SFB), com uma diretoria específica destinada a promover o manejo florestal na Amazônia (BRASIL, 2000).

Durante a pesquisa, identificou-se que os processos de articulação dos primeiros planos de manejos florestais comunitários, na Amazônia brasileira, foram resultados de uma organização prévia que buscava a coletividade do interesse comunitário para organização social, apresentando-se a partir de então como alternativas que poderiam proporcionar o desenvolvimento local.

Dessa forma, notou-se que no cenário pesquisado entre as comunidades e a empresa de grande porte existe interesse de ambas as partes em organizar os meios de produção e consequentemente melhorar e ampliar os resultados da produção de farinha de mandioca local por meio da organização de associações e cooperativas. Percebe-se pouco interesse dos comunitários em continuar com atividade madeireira após a saída da empresa, pode-se atribuir este fato pelo da atividade madeireira possuir um alto custo com máquinas, logística e mão de obra. Entretanto, entende-se que a atividade madeireira pode ser desenvolvida pelas comunidades por meio do Manejo Florestal Comunitário e Familiar desde que existam políticas públicas mais efetivas para implementar ações que contribuam com a parceria Empresa/Comunidade dos envolvidos no processo.

De acordo com Amaral e Amaral Neto (2005), a partir dos anos 90, iniciam-se as articulações institucionais que pretendiam discutir e realizar o intercâmbio de experiências, mas também influenciar na formação de políticas

públicas capazes de implementar ações para o desenvolvimento da organização social nas comunidades.

Ainda em meados dos anos 90, realizou-se uma das primeiras oficinas com a temática voltada para o Manejo Florestal Sustentável da Amazônia Brasileira. Nesta oficina, participaram atores principais do desenvolvimento sustentável, como por exemplo, organizações que apoiam o Manejo, líderes comunitários, técnicos e representantes do Governo. Esta oficina ficou registrada na história da construção do Manejo Florestal, pois tinha como objetivo identificar e formalizar os principais obstáculos que impediam o desenvolvimento de ações pertinentes ao fortalecimento, e evidenciá-los, principalmente, aos formuladores de políticas públicas relacionadas ao meio florestal (AMARAL; AMARAL NETO, 2005).

Sendo assim, considera-se esta oficina, como um marco político para o incentivo da organização social das comunidades amazônicas, pois desde então, foram realizados uma série de fóruns e discussões, como novos encaminhamentos de demandas para superar os entraves técnicos, sociais, políticos e legais aos processos de Manejos Florestais Sustentáveis na Amazônia Brasileira.

As ações que foram desenvolvidas em prol do desenvolvimento e formação da consciência da população amazônica com relação principalmente ao desenvolvimento de práticas produtivas são até hoje lembradas por alguns líderes comunitários, porém uma nova geração de comunitários e líderes surgiram e precisam ser atualizados sobre as questões que envolvem o cenário em que estão atuando.

Assim, nota-se que o papel da empresa de grande porte e de outras empresas que vierem a desenvolver qualquer atividade econômica em qualquer comunidade amazônica vai muito além das compensações financeiras. O papel se expande com a emancipação dessas populações, e percebe-se que no ambiente pesquisado vem ocorrendo tal processo mediante ações, como, oficinas de organização comunitária, de Projetos Comunitários, Manejo Florestal e melhoramento nos processos de plantio da mandioca.

Para tanto, destaca-se um dos projetos que foi realizado no sentido de promover a organização social, com intuito de implementar ações em prol do Manejo Florestal. Os objetivos que permearam tal projeto correspondiam a sensibilizar produtores rurais para a importância do uso racional dos recursos florestais, assim como, estimular a formação de grupos com interesses coletivos na utilização dos preceitos do Manejo.

Segundo Amaral e Amaral Neto (2005), o referido Projeto denominava-se: “Organização comunitária em apoio ao manejo florestal em assentamento rural”, uma proposta elaborada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Rondônia e aprovada pelo ProManejo (Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia), criado no âmbito do PPG-7 (Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais) e executado pelo IBAMA e Ministério do Meio Ambiente.

O componente, Iniciativas Promissoras do ProManejo, tinha como objetivo gerar exemplos práticos de sistemas de manejo florestal, a partir de experiências piloto, contribuindo para o aprendizado dos diversos segmentos envolvidos com a questão florestal (BRASIL, 2002).

Destaca-se um fator relevante do projeto ProManejo, a execução de ações em parceria com instituições públicas e privadas e com a sociedade civil organizada. Neste contexto, a Embrapa Rondônia participou deste esforço de geração de exemplos práticos, por meio da execução do projeto de organização comunitária, o qual, desde julho 2005, vem sendo desenvolvido junto a produtores do assentamento Nilson Campos, em Jacy-Paraná, Porto Velho-RO, apoiando-os em seu processo organizativo, buscando, assim, viabilizar o Manejo Florestal Sustentável, uma das prioridades definidas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDSA) (OLIVEIRA, 2002).

Entende-se que as parcerias citadas acima, assim como na execução do Manejo Florestal Empresarial estabelecidas entre as empresas madeireiras e as comunidades devem ser priorizadas no momento dos acordos de formalização entre as partes, baseando-se nos preceitos da organização social, ou seja, torna-se necessário priorizar a organização social antes de iniciar a atividade florestal, pois irá contribuir muito com o processo de desenvolvimento local.

Atualmente nota-se que nas comunidades pesquisadas ocorre este momento de forma um pouco tardia, durante e após a atividade madeireira, tornando-se prejudicial a compreensão por parte dos comunitários das etapas do manejo e até mesmo da Parceria existente entre Empresa/Comunidade.

Sendo assim, enfatizando-se um dos resultados da pesquisa, quando se percebe, que de forma prioritária, a formação de consciência das populações tradicionais é de suma importância para que não sejam vistas como sujeitos biologizados, isto é, como mera extensão dos recursos naturais, sem consciência e sem direitos. Segundo Cruz et al (2011), na Amazônia brasileira, assim como em outras regiões da América Latina, o manejo florestal tem despertado cada vez mais interesse de órgãos governamentais no estabelecimento de políticas públicas, devido interesse manifestado por organizações comunitárias e outros atores locais (por exemplo, empresas madeireiras), interessadas em produtos oriundos de florestas comunitárias.

No decorrer da pesquisa observou-se que as comunidades estão recebendo este olhar pela empresa de grande porte e pelas instituições envolvidas no processo de transformação da realidade local, porém as ações ainda não serão suficientes para que ocorra de fato uma mudança no cotidiano desses grupos sociais. É necessário um acompanhamento constante afim de monitorar os resultados dessas ações. A criação de organizações comunitárias, como, cooperativas e associações de produtores devem ser tidas como ferramentas, tanto para formação da consciência dos comunitários, quanto para a efetivação de projetos que contenham vantagens para a parceria Empresa/Comunidade como prática principal.

Entende-se que responsabilidade das instituições públicas e privadas deve ser compartilhada entre todos os atores envolvidos no âmbito do manejo florestal, desenvolvendo o conhecimento e a formação crítica da consciência para sustentabilidade e emancipação de todos os envolvidos no processo de desenvolvimento econômico.

Neste sentido, nota-se que está implícito na atual concepção dos conceitos de desenvolvimento sustentável que a conservação ambiental e o crescimento econômico contínuo são passíveis de realização devido ao próprio desenvolvimento, pois isso trará as condições para a conservação dos recursos naturais.

Dessa forma, considera-se também importante ao processo de emancipação dos comunitários o que consta no relatório *Brundtland*, como por exemplo: a ideia de combate à pobreza; a possibilidade de estabilização da população; o estímulo ao crescimento de longo prazo; a confiança que será possível achar substitutos aceitáveis para qualquer recurso que venha faltar no futuro; a responsabilidade dos indivíduos, principalmente dos países pobres, como os grandes responsáveis pela degradação do planeta; e as grandes empresas como protagonistas do desenvolvimento sustentável (CALDERONI, 2008).

A indústria madeireira em questão deve comprometer-se em deixar algo mais, além da retórica financeira ou benfeitorias tangíveis estabelecidas nos acordos de parceria, é necessário que haja a promoção da emancipação por meio do ideal sustentável juntamente com o domínio de técnicas de manejo, negócios comunitários, valorizando a aptidão dos atores, assim como cadeias e processos produtivos para o desenvolvimento econômico local.

Desta forma, compreende-se, que vem ocorrendo nas comunidades estudadas um processo de amadurecimento, que irá possibilitar num futuro próximo a oportunidade do produtor em gerir, e tratar seus próprios empreendimentos com mais conhecimento e capacidade de articulação e negociação. Assim, espera-se que surjam fatores positivos resultantes das relações comerciais, sociais, culturais, políticas e ambientais estabelecidas na execução desta Parceria Empresa-Comunidade.

4.1 Breve histórico que motivou o envolvimento com o tema da pesquisa

Historicamente a Parceria Empresa-Comunidade em análise, surgiu em 2010, onde a empresa madeireira e a Associação de moradores firmaram um acordo com objetivo de promover a execução de um plano de manejo florestal sustentável, visando à extração exclusiva de recursos madeireiros. A gestão deste empreendimento é compartilhada, pois a exploração florestal é de total domínio da madeireira, configurando parceria relacionada ao manejo florestal bastante utilizada na Amazônia.

A experiência apesar de oficialmente ser comunitária, possui na prática caráter empresarial, onde envolve um plano de manejo pleno, com uma unidade de produção anual (UPA) em torno de 3.000 hectares, uma intensidade de exploração de 27 m³/ha e um ciclo de corte de 30 anos (LIMA, 2016, p. 11).

Sendo assim, enfatiza-se que a pesquisa realizada ocorreu dissociada da realização do manejo florestal que vem ocorrendo desde 2010. Considera-se que o presente trabalho foi desenvolvido como complementação de um Projeto maior, denominado, AFLORA, organizado por instituições de pesquisa Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e EMBRAPA, com objetivo de tentar amenizar os problemas socioambientais que permeiam historicamente as populações tradicionais da Amazônia por meio de intervenções práticas e técnicas de manejo para o melhoramento das culturas agroextrativistas desenvolvidas pelas comunidades.

Esta diretriz ajuda na compreensão do Manejo Florestal Sustentável que ocorre na região de uma forma geral e mais especificamente na parceria estabelecida entre a empresa e a comunidade estudada no município do Estado do Pará. Este fato, despertou o interesse do presente trabalho, contribuindo na identificação dos desafios e perspectivas para o manejo florestal sustentável.

Para alcançar os objetivos deste trabalho o pesquisador foi convidado pela EMBRAPA no início do ano de 2016 para participar e desenvolver ações que complementassem e contribuíssem com melhorias para organização das comunidades envolvidas na parceria em questão. O pesquisador acompanhou algumas etapas de aproximação entre os integrantes que compõem atualmente o cenário do Manejo Florestal de um município do interior do Pará, cada um com interesses distintos, porém dispostos a contribuir com o desenvolvimento local da população que reside no município.

Em seguida, ocorreram reuniões mais frequentes na sede da associação de moradores nas quais possuíam pautas que faziam referências à identificação de algumas providências, descritas a seguir, que deveriam ser tomadas pela empresa em função do acordo de parceria com a associação de moradores.

Durante as reuniões identificou-se que a empresa paga o valor de 100,00 por m³ da madeira, adiantado a cada família pelo montante aprovado na Autorização de extração (AUTEX), proporcionalmente a quantidade disponível à exploração em cada propriedade.

A empresa juntamente com os membros da Associação de Moradores explora em duas ou três comunidades por ano, depois repassam 2% do valor bruto para a associação e 5% para o social, que deve ser aplicado em ações nas comunidades.

No âmbito da parceria estabelecida entre as partes, sabe-se que atualmente a divisão dos lucros do manejo florestal está estabelecida da seguinte forma:

Tabela 1 - Divisão dos lucros entre Empresa, Associação de moradores e Comunidades (Manejo/ANO).

Representação parceria	Porcentagem	Destinação
Empresa	60% lucro bruto	Investimentos empresariais menos 05% (comunidades)
Empresa	05% do lucro bruto da empresa	Investimentos em infraestrutura, bens coletivos e atividades produtivas das comunidades realizadas pela própria empresa
ARQMG e Comunidades (Manejo/Ano)	40% lucro líquido	Ações coletivas e individuais
ARQMG	02%	Fundo para ações coletivas nas comunidades
Comunidades (Manejo/Ano)	38%	Ações coletivas e individuais

Fonte: Dados retirados das reuniões na sede da Associação de moradores (2017).

Nota-se que na tabela acima, no que tange a divisão dos lucros da empresa destinada a outra parte da parceria (40%), existe uma subdivisão entre a Associação de Moradores (02%) e as comunidades contempladas com suas áreas programadas para o manejo. Ou seja, de acordo com a programação anual da empresa, a mesma contempla a comunidade escolhida para aquele ano vigente com a sua porcentagem (38%) dos lucros. Subentende-se que

parte desta porcentagem (40%) deveria ser alocada para o fortalecimento da cadeia produtiva dos produtos extraídos nesta região. Entretanto, observa-se que algumas comunidades enfrentam dificuldades organizacionais, pois apesar do capital financeiro estar disponível, não se empreende formas organizativas de negócios comunitários com o foco na coletividade e no desenvolvimento econômico local.

As empresas para efeito de cumprimento dos acordos apresentam-se como parceiras para resolver os problemas socioeconômicos de onde estão extraindo a madeira. Desta forma, quando ocorre o repasse de forma coletiva ou individual e as comunidades se organizam, recebem ações que beneficiam a todos, como por exemplo, estradas, escolas, poços, campos de futebol, igrejas, entre outros (IEB, 2011).

Informações coletadas durante as reuniões revelam que aproximadamente R\$ 400.000,00 em projetos sociais estava previsto para 2016. Em 2015 o manejo foi realizado em duas comunidades, sendo que a Empresa disponibilizou R\$ 139.000,00 para investir em projetos sociais nestas comunidades.

Outra questão observada durante os encontros foi sobre as aptidões dos produtores. Identificou-se que existem grupos sociais que apresentam experiências em uma determinada cultura produtiva, por exemplo, na produção de farinha de mandioca. Já outra comunidade do município trabalha com a produção de frutas e na produção de polpa, isto é, as demandas dependem de cada comunidade, mas no geral todos tem interesse na produção de farinha / mecanização do processo, manejo e plantio de açaizal, SAFs (Sistemas Agro-florestais), fruticultura e piscicultura.

4.2 Processo de intervenção como contribuição ao amadurecimento das comunidades

Dessa forma, para consolidação da reponsabilidade social empreendida pela empresa madeireira envolvida na parceria, surgem iniciativas para amenizar e/ou sanar dificuldades organizacionais e estruturais enfrentadas pelas comunidades do município do interior do Pará.

Essas iniciativas são resultantes das reuniões, encontros e pesquisas realizadas em conjunto com moradores e participantes institucionais que identificaram várias necessidades.

Assim, para realização desta pesquisa, o pesquisador estabeleceu parcerias com as instituições de pesquisa, obtendo principalmente o apoio da Empresa madeireira e Associação de moradores que contribuíram com a logística, acomodações e materiais para realização de uma oficina de organização comunitária, ministrada pelo pesquisador como contribuição no processo de intervenção ao amadurecimento dos comunitários. Além desta, foram desenvolvidas outras oficinas pelas instituições de pesquisa, como por exemplo, oficinas de Projetos Comunitários, Manejo Florestal de açaí, Agricultura, Saneamento ambiental, entre outras que estão previstas para acontecer no ano de 2018.

Uma das principais preocupações dos organizadores do projeto, antes de iniciar a programação das oficinas, foi fortalecimento e a valorização do conhecimento tradicional das comunidades pertencentes ao Plano de Manejo Florestal Sustentável executado pela empresa, ou seja, dialogar com as comunidades, realizando levantamento das aptidões de produção desenvolvidas localmente, pois segundo relato dos moradores já foi realizado pela empresa juntamente com a comunidade, um projeto de plantio de pés de cacau e não deu certo devido à ausência de conhecimento dos moradores em cultivar tal cultura, assim como, não houve assistência e acompanhamento técnico dos órgãos de extensão para que o cacau alcançasse bons resultados.

Em uma das reuniões com a maioria das comunidades reunidas, professores da escola local, jovens estudantes do PRONATEC e demais participantes, surgiram solicitações de apoio para investir melhor o recurso financeiro destinado a projetos sociais disponibilizado pela empresa, pois algumas ações implantadas para fomentar a produção não deram o retorno esperado. Foi colocado que o maior problema é organizacional, e depois a parte técnica.

Neste sentido, um dos primeiros momentos na tentativa de resolver a questão organizacional foi realizar uma oficina que reunisse temáticas relacionadas às necessidades apresentadas pelos moradores. A oficina foi ministrada

pelo pesquisador com apoio da empresa envolvida na parceria, a Associação de Moradores e parceiros institucionais e das próprias comunidades.

O evento ocorreu em uma das comunidades com a melhor localização e infraestrutura, tendo a participação de membros de outras comunidades que fazem parte da Parceria Empresa-Comunidade. A oficina teve a duração de 12 horas, porém o período de estadia no município foi de 13/11/2016 a 15/11/2016 para que se organizasse o transporte, alimentação e hospedagem dos líderes comunitários juntamente com os membros de outras comunidades vizinhas que pernoveram nas casas dos moradores do local do evento.

A oficina teve como objetivo desenvolver a prática da melhor gestão da renda familiar organização da produção, identificando os problemas e dificuldades, assim como as soluções, sonhos e projetos para utilização de recursos financeiros da Parceria Empresa-Comunidade de forma coletiva, aumentando a produção, comercialização e cooperando com a qualidade de vida de todos. O momento contou com a participação de aproximadamente 35 pessoas, entre elas, mulheres donas de casa, produtoras, professoras, homens produtores rurais, jovens trabalhadores, estudantes e membros da igreja.

Durante a oficina foi enfatizado a forma organizativa que os moradores desempenharam para que o evento ocorresse, ou seja, cada um com uma tarefa, ajudando mutuamente, quando, por exemplo, se organizaram com o pessoal do apoio que preparou a alimentação e logística para transportar os participantes, outras pessoas organizavam o local com cadeiras, bancos, mesas e lixeiras, enquanto outras ajudavam a confeccionar os crachás da oficina, disponibilizar água para beber, café e etc. Ressalta-se que o material didático, alimentação, transporte e outros materiais de apoio utilizados, antes, durante e depois foram providenciados pela empresa e pela comunidade.

Estes aspectos de organização para o evento foram enfatizados logo no início da oficina como exemplo de que é possível estabelecer a prática da organização por meio da cooperação entre as comunidades e utilizá-la em favor do desenvolvimento econômico local.

A oficina desenvolvida na oportunidade da pesquisa teve como objetivos e resultados as informações organizadas na tabela abaixo:

Tabela 2 - Descrição da oficina de Organização comunitária.

Objetivo do evento:

Incentivar a prática da melhor gestão da renda familiar, organização da produção, identificando os problemas e dificuldades, assim como as soluções, sonhos e projetos para utilização de recursos financeiros da Parceria Empresa-Comunidade de forma coletiva, aumentando a produção, comercialização e cooperando com a qualidade de vida de todos.

Competências desenvolvidas:

Apresentar os objetivos, benefícios da ação para vida de todos;

Compreender a relação cotidiana das pessoas com os seus recursos financeiros e fazer escolhas cada vez mais conscientes;

Reconhecer o orçamento como ferramenta para a compreensão dos próprios hábitos de consumo;

Utilizar o orçamento para o planejamento financeiro pessoal e familiar;

Refletir sobre seus sonhos e sobre como transformá-los em realidade por meio de projetos;

Avaliar suas necessidades e desejos e como os efeitos de suas escolhas afetam a qualidade de vida no presente e no futuro;

Enfatizar a importância do planejamento, diferenças entre sonhos e projetos, identificação de sonhos individuais e formação de grupos para construção da cooperação: “Comunidade dos nossos sonhos”; Estimular a capacidade de sonhar coletivamente e planejar estrategicamente um projeto comunitário por meio da;

Apresentar conceitos e aplicações sobre a importância de um Projeto Comunitário como um conjunto planejado de atividades e processos participativos, enfatizando os sonhos identificados por eles durante a oficina;

Apresentar conceitos de projeto, comunidade, projeto comunitário, problemas, situações potenciais das comunidades (oportunidades de negócios).

Fonte: Do Autor (2017).

A partir daí utilizou-se no primeiro dia de oficina uma dinâmica de apresentação compartilhada, ou seja, os participantes tiveram um tempo de 40 minutos para dialogar e identificar o que o outro fazia no seu dia a dia e em seguida apresentaram o outro para os demais participantes.

Observou-se neste momento que a dinâmica aguçou a curiosidade dos participantes, pois a maioria se conhecia, mas não tinha o conhecimento do que realmente aquele membro da sua própria comunidade fazia ou gostava de fazer durante o dia a dia. Um dos moradores relatou que ficou surpreso em conversar

e conhecer melhor alguém da sua comunidade e, que já conhecia há anos, mas não sabia nada da vida dela. “Eu só conhecia “de vista” e cumprimentava, mas nunca tinha conversado com ela”.

Após a dinâmica de grupo, realizou-se um acordo de boa convivência, denominado de cooperação/comunidade para realização da oficina, ou seja, estabeleceu-se, com ajuda de todos, a criação de regras para o bom andamento dos trabalhos, como por exemplo, não ficar de conversa com o colega do lado, perguntar a qualquer momento, participar de forma integral das atividades, entre outras. As regras foram citadas, escritas em cartaz, assinadas por todos e para facilitar assinatura de quem não sabia assinar o nome, foi utilizado uma almofada de carimbo para registrar a impressão digital.

Em seguida, a fim de resgatar a identidade cultural e consequentemente os acontecimentos históricos de cada comunidade, houve a solicitação para que os participantes de forma individual e em grupo escrevessem ou desenhassem a sua história e da sua comunidade, utilizando um quadro contendo o ano e algum acontecimento que ajudasse na referência daquele período. Dessa forma, houve a reflexão da importância da contribuição dos antepassados para o desenvolvimento das comunidades e que naquele momento os presentes ali estavam também dando continuidade à história do seu povo.

Na sequência cada pessoa e grupo leram e explicaram o significado dos seus desenhos, lembrando acontecimentos e melhorias que ocorreram em suas comunidades, inclusive ressaltando o trabalho realizado pela empresa e a comunidade de abertura de estradas, construção de escolas, igrejas, campo de futebol, entre outros. Neste momento foram levantadas algumas questões para reflexão: Onde estamos, onde queremos chegar, quais são os nossos planos para o futuro, será que temos sonhos, quais são eles?

A partir daí foi possível identificar suas necessidades e desejos e como os efeitos de suas escolhas afetam a qualidade de vida no presente e no futuro. Enfatizou-se a importância do planejamento, diferenças entre sonhos e projetos, identificando sonhos individuais e coletivos para construção da cooperação, ajuda mútua e organização da comunidade. Na sequência foram divididos grupos para que estruturassem um painel com o título: “Comunidade dos nossos

sonhos”, utilizando revistas, pinceis, e outros materiais, os participantes elaboraram quadro para simbolizar como gostariam que a comunidade fosse na realidade.

Após a apresentação dos quadros a maioria dos participantes da oficina se manifestou com relação ao trabalho coletivo, a importância da união entre as famílias de produtores, desde o plantio da mandioca em preparar a terra, roçar, colher, produzir a farinha e vender uma quantidade maior. Um dos participantes, relatou sobre a importância do trabalho realizado de forma coletiva para ampliar a produção, contribuindo individualmente com uma parte da produção para obtenção de maior lucratividade.

Durante a oficina, notou-se que existe a vontade dos comunitários em desenvolver projetos sociais que melhorem a produção. É perceptível também durante a fala deles, que sempre utilizam exemplos se referindo à produção de farinha, demonstrando aptidão na atividade já identificada durante a pesquisa.

No segundo dia de oficina, foi realizada uma breve retrospectiva sobre as temáticas abordadas no dia anterior e em seguida foram trabalhados temas, como: Organização da Produção; Organização comunitária; Orçamento familiar e simulação de levantamento das receitas e despesas para aumento da produção coletiva.

Sobre a organização da produção foi iniciada uma discussão de qual produto era mais produzido na região e se eles sabiam quanto custava para produzir, alguns comentaram sobre açaí e madeira, entretanto, a produção de farinha esteve em evidência na preferência dos produtores. Quando questionados em relação aos gastos e custos da produção de farinha poucos souberam responder, pois não utilizam nenhuma técnica para sistematizar as informações.

Na ocasião desenvolveram-se atividades em que os participantes anotaram cada item e o valor dos seus gastos domésticos mensais, e na sequência subtraíram da sua própria receita para obter o resultado da sobra mensal. Foram utilizadas folhas de árvores de tamanhos variados para representar o valor da nota em dinheiro e dar mais ludicidade a tarefa. A maioria se surpreendeu com os resultados dos seus cálculos, pois ainda não tinham realizado tal atividade e verificaram ser muito útil para controlar os gastos. Dessa forma, foi refletida

a importância da organização, planejamento e controle dos gastos e recursos financeiros, enfatizando-se principalmente o domínio de técnicas e ferramentas para auxiliar na organização da produção individual e coletiva.

Seguindo o encadeamento das ideias houve pertinência para iniciar a temática da organização comunitária e abordar sobre a importância da participação dos membros de forma mais efetiva na associação que representa as comunidades envolvidas no Manejo Florestal Sustentável em questão.

Para iniciar sobre a temática da organização comunitária, utilizou-se a técnica de tempestade de ideias, brainstorming, onde se apresentou a expressão “Organização Comunitária” para que todos pudessem elaborar um conceito observando ao seu redor, no seu cotidiano e na convivência em comunidade. Durante esta atividade notou-se a motivação de todos para que suas ideias prevalecessem no painel e juntos elaborassem um conceito próprio de organização social. As principais expressões citadas por eles foram: “trabalhar junto, união, planejar, desenvolvimento, coletivo, ser parceiro, transparência, amor, colaboração, respeito, honestidade, construir, cooperar, dialogar, pontualidade, coragem e paciência”.

Utilizando as palavras sugeridas elaborou-se em conjunto um conceito: A Organização Comunitária é o desenvolvimento coletivo da cooperação construída por meio do diálogo, da colaboração e da transparência para que todos possam ser parceiros, trabalhando com união, amor, respeito e honestidade.

Para reforçar o conceito de organização comunitária, foi transmitido um vídeo do Projeto Pró-Gavião que retrata a realidade de comunidades do interior da Bahia que são isoladas pela seca e pelo esquecimento de políticas públicas. O vídeo mostra a importância da organização, do planejamento e do trabalho coletivo para que aconteça de fato uma mudança na realidade local, o vídeo também expressa a necessidade de participação intensa dos moradores nas decisões e ações coletivas que envolvem a associação de produtores, reforçando os conceitos desenvolvidos por todos durante a oficina.

Após o vídeo abriu-se para um debate, e uma das falas de um dos participantes revelou a vontade de ver a sua própria comunidade passando pela experiência exitosa em que o vídeo mostrou. Uma das moradoras, falou sobre sua

experiência com a igreja católica e revelou a forma que eles se organizam para realizar um determinado evento, reunindo e pensando em cada detalhe. A moradora também demonstrou sua satisfação pela participação dos jovens na oficina, a mesma enfatizou a importância da presença deles ali e disse “É tão bom ver aqui esses jovens presentes, fico muito feliz em saber do interesse deles por que isso tudo vai servir pra eles mesmo e pra nossa comunidades lá na frente”.

Foi enfatizada também a intenção de realizar um intercâmbio entre comunidades, ou seja, comunidades que já apresentem um nível de organização comunitária constituído em associações ou cooperativas poderiam visitar ou receber os líderes comunitários para trocar experiências e adquirir novos conhecimentos com relação à organização da produção e da comunidade.

Para concluir a oficina ressaltou-se a importância do controle dos recursos financeiros, dos custos e gastos relacionados à produção. Utilizou-se como exemplo prático a produção de farinha de mandioca e trabalhou-se no mesmo formato da tempestade de ideias para o levantamento dos itens de despesas e do valor dos custos da produção, em uma primeira coluna foram identificados os itens relacionados às despesas e na outra coluna os custos. Os participantes citaram:

Tabela 3 - Levantamento de custos da produção.

Despesas	Custos
Roçagem	R\$ 140,00
Derruba	R\$ 100,00
Acoivara	R\$ 80,00
Plantio	R\$ 150,00
Capina	R\$ 80,00
2ª capina	R\$ 80,00
Colheita	R\$ 400,00
Torrção	R\$ 400,00
Embalagem	R\$ 35,00
Transporte	R\$ 70,00
Total	R\$ 1.535,00

Fonte: Do Autor (2017).

Nesta atividade foi simulada a média da receita (R\$ 3.150,00) de uma tarefa de roça¹ de uma família da comunidade, subtraindo-se do valor das despesas (R\$ 1.435,00) chegou-se a um saldo de (R\$ 1.615,00). Este saldo (R\$ 1.615,00) foi multiplicado por uma quantidade de 50 famílias, obtendo-se então a somatória de um saldo coletivo (R\$ 80.750,00). Já este saldo coletivo (R\$ 80.750,00) multiplicou-se pelo número (04) de tarefas/ano, estimando-se que os grupos de produtores produziram durante um ano 04 tarefas de roça. Utilizou-se o número 04 pelo motivo aleatório, apenas para efeito de simulação. O resultado de receita por ano foi de R\$ 323.000,00 com uma produção de quase uma tonelada de farinha (875 kg). Para alcançar ao resultado da simulação estabeleceu-se a organização demonstrada na Tabela 4:

Tabela 4 - Esquema de simulação de receita de tarefa de roça.

Operação	Resultado
Receita – Despesa	Saldo
Saldo + N° De Famílias	Saldo Coletivo
N° de famílias + Saldo coletivo x n° de tarefas/ano	Valor Da Receita/Ano

Fonte: Do Autor (2017).

Para finalização da oficina enfatizou-se a utilização do exemplo prático da simulação das receitas, reforçando a importância de formas organizativas, do empoderamento por meio do conhecimento das atividades que desenvolvem, demonstrando em números o quanto podem se beneficiar em termos de recursos financeiros, valorizando as habilidades e aptidões para desenvolver e obter êxito em seus processos produtivos. Sendo assim, aproveitou-se o momento para reforçar a participação efetiva das formas organizativas de produção (Associação e Cooperativa).

¹ Tarefa - medida agrária constituída por terras destinadas à cana de açúcar e que no CE equivale a 3.630m², em AL e em SE a 3.025 m² e na Bahia a 4.356 m². (EMATER, 2004).

4.3 Informações sobre o perfil sócio demográfico e planejamento da produção

Levando em consideração as informações apresentadas, torna-se necessário investigar no contexto sócio econômico, cultural e identitário dos moradores, se de fato os mesmos apresentam vontade e principalmente aptidão para exercer atividades comerciais, tendo em vista que no contexto pesquisado apresenta-se uma iniciativa empresarial (parceria empresa- comunidade).

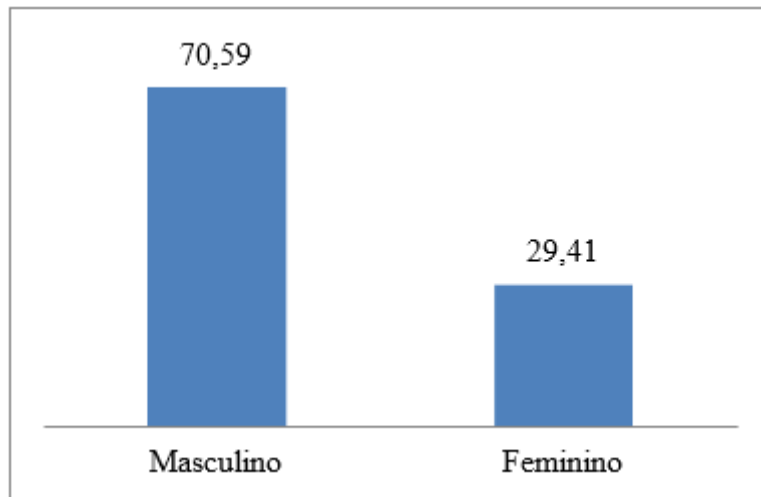
Lima (2016) também afirma que o cenário para evidenciar potencialidades produtivas, juntamente com as aptidões das comunidades inseridas no âmbito da parceria Empresa- Comunidade, dependem de ações que observem os problemas e as soluções que as permeiam, como, estudos de aptidão, oficinas de empoderamento e gestão de empreendimentos comunitários que possam subsidiar a tomada de decisão para gestão dos recursos florestais e principalmente a emancipação econômica e social das comunidades após o término das parcerias.

Tendo em vista a utilização dos instrumentos de coleta como observação e entrevistas, com relação às comunidades foi possível fazer o levantamento dos dados estatísticos conforme os eixos descritos anteriormente.

Desta forma, as informações levantadas permitiram compreender de maneira mais ampla o contexto demográfico onde estão inseridas as comunidades, além de ter a possibilidade de fazer uma análise relacionada ao processo de produção realizado, bem como dificuldades e vantagens da parceria empresa-comunidade em questão.

Com relação à caracterização por gênero e idade foram entrevistadas 35 pessoas. É possível identificar perfis em sua maioria masculinos e com maior concentração na faixa etária entre 19 e 40 anos de idade.

Figura 6 - Informações relacionadas ao gênero dos entrevistados.



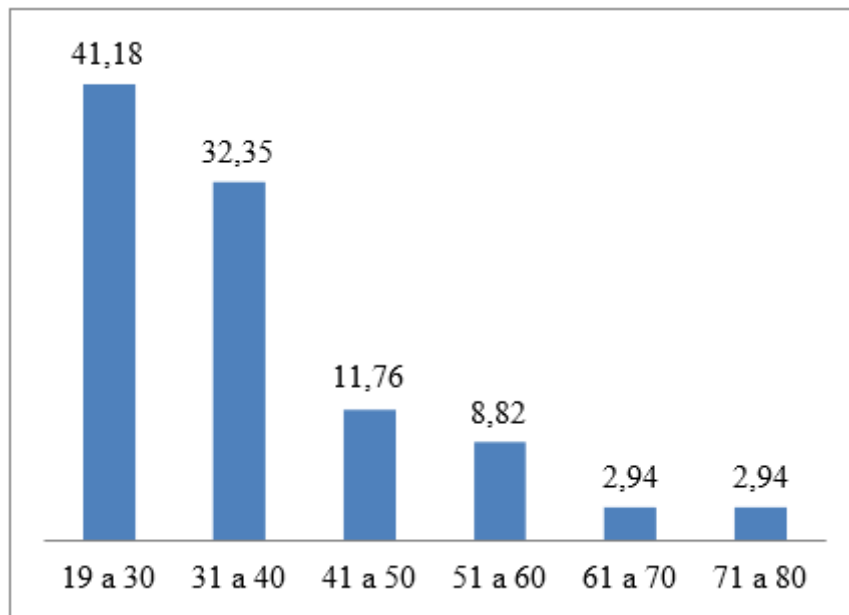
Fonte: Do Autor (2017).

Os autores Fonseca e Chalub (2015) fazem uma análise dos papéis de gênero, no que se refere ao envolvimento das comunidades nos processos produtivos e questões ambientais, afirmando que, na sociedade atual, o homem ainda concentra a sua preocupação nos fatores econômicos e políticos, enquanto a mulher tende a concentrar-se em assuntos mais atuais e profundos.

O homem tem representado e lutado por questões referentes ao seu modo de vida na terra, na discussão política e econômica, procurando afirmar seu papel principal nas decisões a serem tomadas. Enquanto isso, a mulher tem se preocupado e representado questões voltadas à proteção da natureza, à educação e à saúde (FONSECA; CHALUB, 2015, p. 16).

Desta forma, é possível identificar entre os participantes uma maioria (70,59%) masculina, já que nas comunidades ainda existe este fator de predominância, no envolvimento em atividades econômicas, tais como a atividade de exploração madeireira.

Figura 7 - Informações relacionadas à idade dos entrevistados.

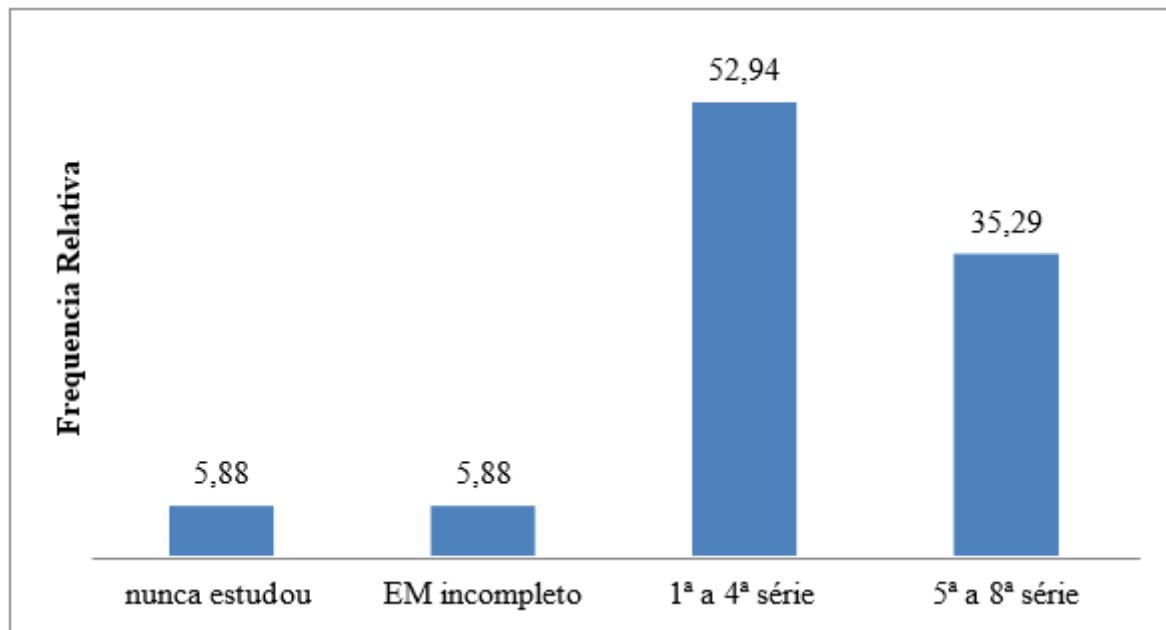


Fonte: Do Autor (2017).

Observa-se, nos resultados da pesquisa, que 41,18% dos entrevistados apresentam idade entre 19 e 30 anos; 32,35% entre 31 e 40 anos; 11,76% idade entre 41 a 50 anos, 8,82% entre 51 a 60 anos; 2,94% estão na faixa etária entre 61 e 70 anos e 2,94% possuem entre 71 e 80 anos.

É importante também destacar que a possibilidade de estruturar os processos sociais, nas comunidades, abrange a participação dos membros mais jovens, por meio de projetos sociais educativos, para que eles possam desenvolver o senso da necessidade de trabalhar em conjunto, aprender a planejar e acompanhar as tarefas para contribuir com o sucesso do grupo social.

Figura 8 - Informações relacionadas a escolaridade dos entrevistados.



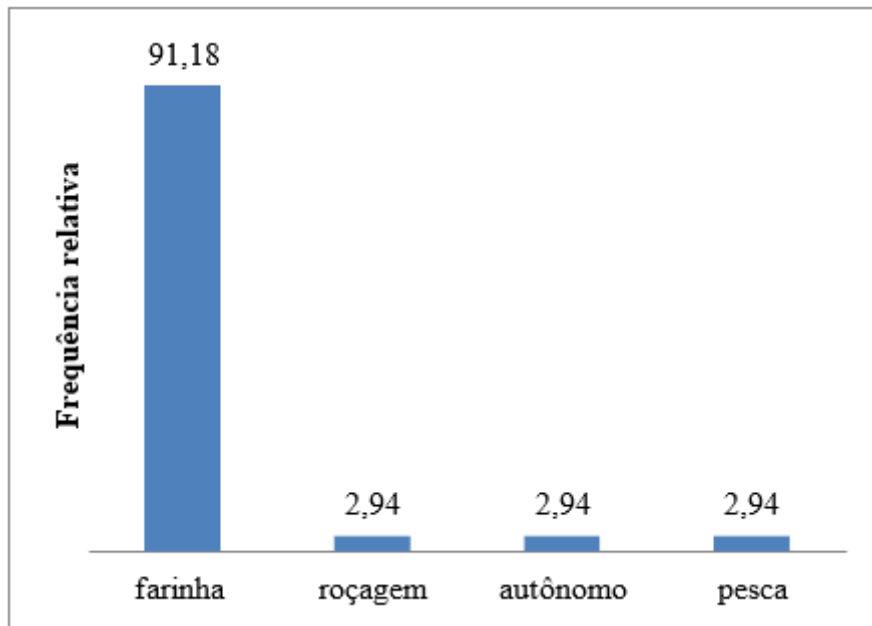
Fonte: Do Autor (2017).

Com relação à escolaridade, conforme informações na Figura 8, é possível identificar a falta ou o mínimo de escolaridade como característica predominante, a maioria dos entrevistados (52,94%) possui apenas da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, o que contribui, significativamente, para falta de efetividade, no que se refere aos fatores relacionados à organização comunitária, comunicação ou empoderamento.

Considera-se a educação como ferramenta que possibilita a valorização dos conhecimentos das comunidades ribeirinhas, bem como a prática social como espaço de construção de amplas oportunidades de desenvolvimento sustentável, valorização cultural, social e ambiental.

Faz-se aqui um paralelo entre os dados coletados durante a pesquisa. É possível identificar aspectos relacionados à escolha da atividade produtiva executada pelos moradores, ou seja, sem escolaridade adequada, muitos não têm escolha, assim, a maioria (55,88%), conforme Figura 10, atua em determinada área por falta de opção.

Figura 9 - Informações relacionadas à ocupação dos entrevistados.

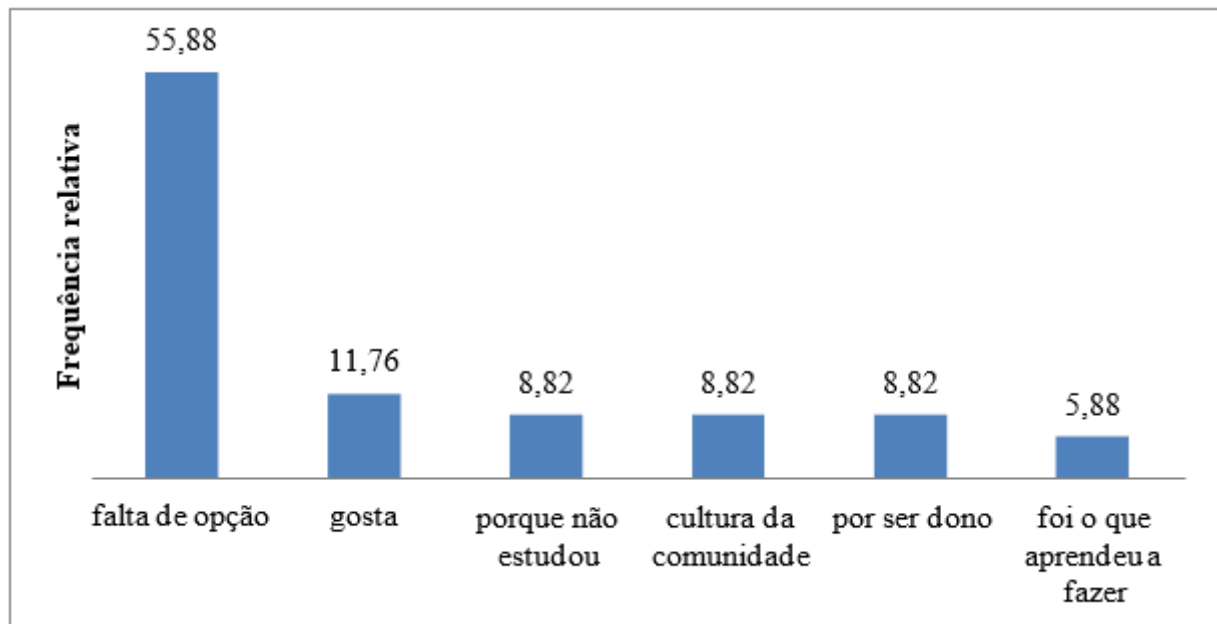


Fonte: Do Autor (2017).

Na Figura 9, fica evidente a ocupação dos entrevistados e uma grande tendência pela produção de farinha de mandioca. Verifica-se que as comunidades estudadas apresentaram possibilidades de empoderamento, em seus modos de produção, fato este que facilitará o processo emancipatório, seja por cooperativas ou associações de produtores. Constatou-se também que suas aptidões referentes à produção da farinha são predominantes nas comunidades, pois existe tradição no cultivo, produção e comercialização do produto na região.

Sendo assim, apresenta-se atividade exercida de maneira predominante, simultânea à exploração da madeira, a produção de farinha, executada por mais de 90% (Figura 9) dos entrevistados. Observa-se que esta opção está condicionada, principalmente, aos fatores culturais e educacionais, pois, infelizmente, acontece a priorização do trabalho em detrimento do avanço escolar.

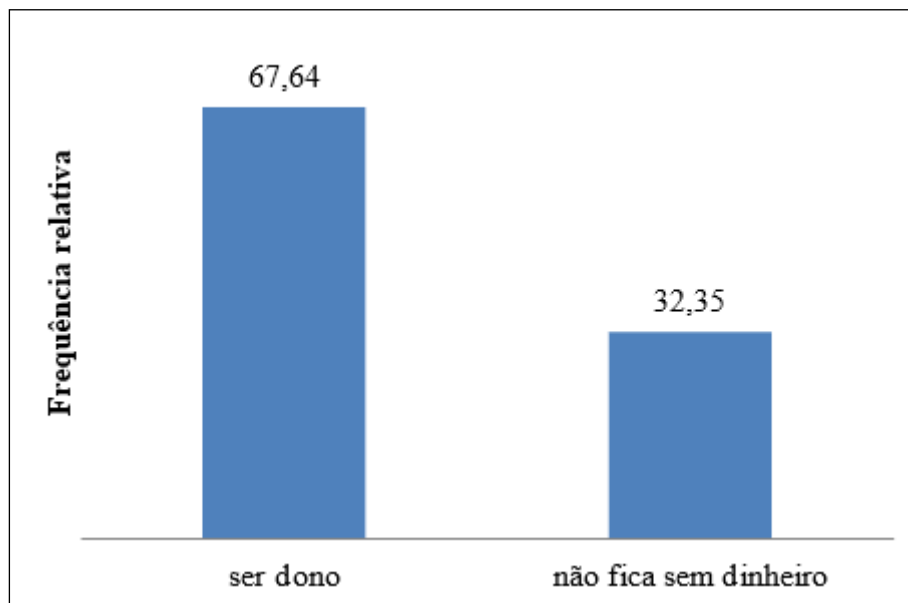
Figura 10 - Informações relacionadas aos motivos que levam à escolha da atividade dos entrevistados.



Fonte: Do Autor (2017).

Os motivos que levam os produtores a escolherem suas atividades produtivas são, principalmente, a falta de opção (55,88%) para trabalhar, ou seja, a maioria dos moradores aprende com os antepassados uma determinada atividade para sua própria subsistência. Aliam-se a este fato os dados da Figura 8 relacionados à escolaridade dos entrevistados; os dados revelam que das 35 pessoas entrevistadas 52,94% possuem da 1ª até a 4ª série do ensino fundamental. Mesmo que uma parcela do grupo entrevistado diga que goste (11,76%) de realizar essa atividade, a Figura 10 ainda revela uma parcela (8,82%), sinalizando que escolheu atividade, porque não estudou, ou seja, sentem-se obrigados a realizar para a subsistência e os excedentes comercializam ou trocam por outros produtos.

Figura 11 - Informações relacionadas às vantagens de realizar as atividades.



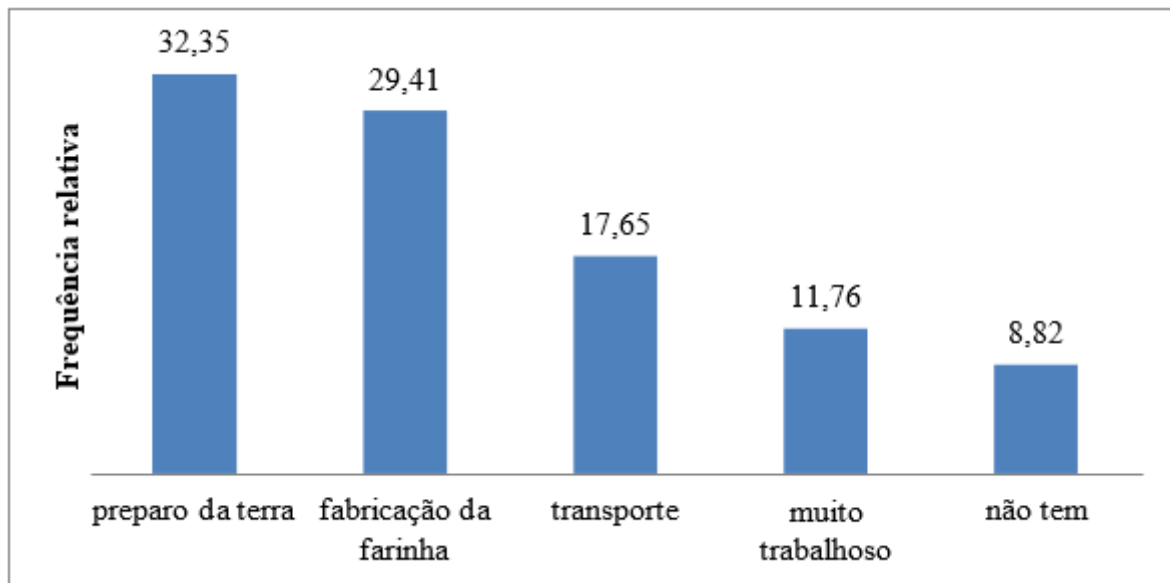
Fonte: Do Autor (2017).

Na Figura 11, fica clara a maior vantagem identificada pelos entrevistados. O fato de ser dono (67,64%) do seu próprio negócio, ou seja, da atividade produtiva é considerado bastante vantajoso aos produtores, pois não ficam sem dinheiro e não apresentam custos com despesas de aluguel de terra e ainda alcançam uma renda, que representa o resultado do seu trabalho para manter a família. Um dos entrevistados (E1) relata sobre a atividade de produção de farinha:

Eu trabalho fazendo farinha um tempão já, é uma coisa que eu gosto de fazer, ganho uns R\$ 900,00 por mês, não anoto nada de quanto eu gasto, faço tudo de cabeça mermo, mas eu tenho até vontade de aprender novas formas de melhorar meus negócios pra aumentar minha renda.

O relato do entrevistado (E1) apresenta também informações que coincidem com os dados da Figura 14, que revela a vontade dos entrevistados de aprender novas formas de controlar seus gastos.

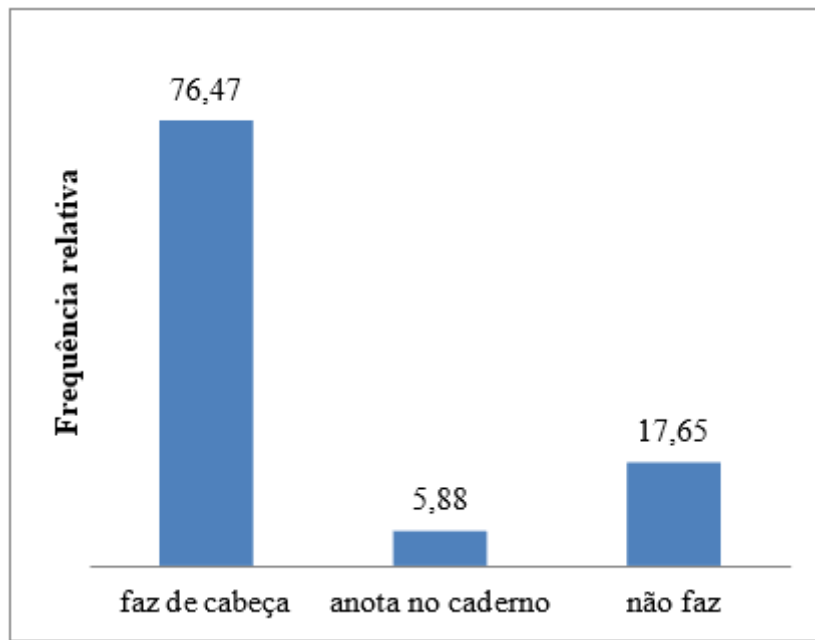
Figura 12 - Informações relacionadas às dificuldades da atividade dos entrevistados.



Fonte: Do Autor (2017).

As dificuldades das atividades desempenhadas estão vinculadas à prática diária das tarefas sem planejamento, poucos recursos financeiros e estruturais, como máquinas, tratores e insumos, o que acarreta um volume de trabalho maior em determinadas ações do processo como o preparo da terra (32,35%) e a fabricação da farinha (29,41%), em determinados períodos e uma ociosidade maior em outros. As vantagens concentram-se na autonomia de gerenciar a sua própria produção e no poder aquisitivo proveniente desta independência.

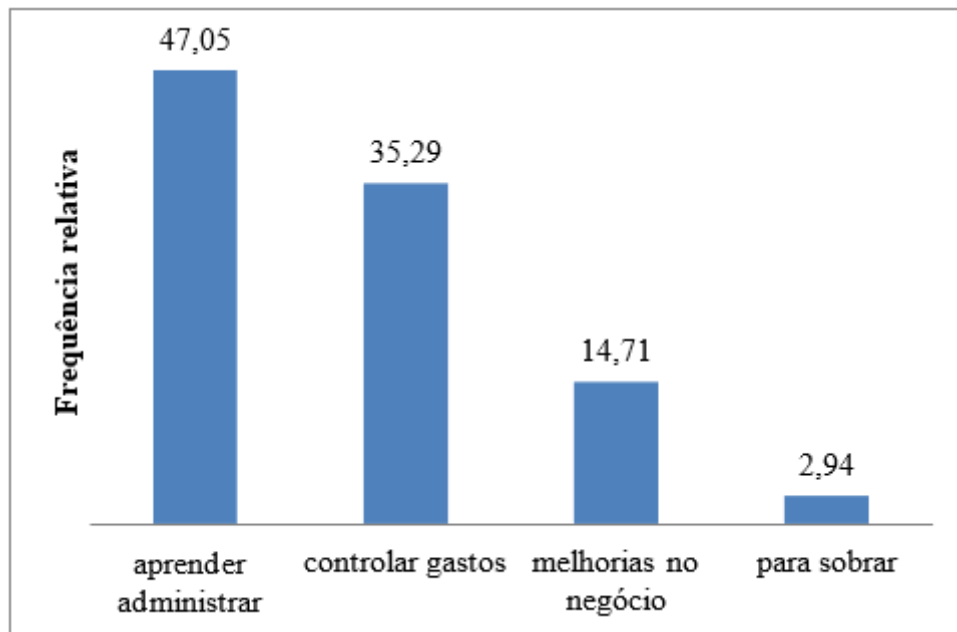
Figura 13 - Informações de como os entrevistados controlam os seus gastos.



Fonte: Do Autor (2017).

O controle de gastos pode ser mais bem desenvolvido, mediante o domínio da organização de orçamentos, para melhor acompanhamento das entradas e saídas de receita e recursos (individuais e coletivos). É possível observar que os registros não acontecem, pois a maioria (76,47%) informa que faz de cabeça e outra parte relata que realmente não faz (17,65%) o controle dos seus gastos. No entanto, durante os diálogos, as comunidades, de uma forma geral, reconhecem a sua necessidade e sabe dos impactos deste conhecimento, visto que seria possível aprender a administrar melhor seus rendimentos, controlar os gastos, melhorando os negócios, além de poupar. A seguir, na Figura 14, é questionado aos entrevistados se eles gostariam de aprender novas formas de controle dos gastos, nota-se que a maioria (47,05%) responde que quer aprender a administrar os seus gastos.

Figura 14 - Informações sobre o interesse dos entrevistados em aprender novas formas de controle dos gastos.



Fonte: Do Autor (2017).

Na Figura 14, pode-se verificar uma necessidade importante relacionada à organização, já que 47,05% dos sujeitos da pesquisa afirmaram que necessitam aprender a administrar os gastos, 35,29% veem a necessidade do controle das finanças e 14,71% manifestam a necessidade de melhorias nos negócios.

A gestão financeira também é um fator importante neste contexto, já que, por meio de sua implementação e ferramentas adequadas, apresenta significativos impactos no que tange à ampliação dos processos produtivos e seu gerenciamento. Considerando o princípio de que a primeira fase, para oportunidade de melhorias, está inserida em um contexto de reconhecimento dos problemas, percebe-se que há potencial para compreensão e aplicação de princípios de planejamento financeiro.

4.4 Participação e interesse em formas organizativas

Com base nas informações encontradas, a seguir, é possível identificar que os entrevistados apresentam dificuldades como a falta de informação, para participar de formas organizativas em suas comunidades, questões como comunicação e falta de conhecimento são fatores que impossibilitam a participação

e o interesse no engajamento dos assuntos referentes ao desenvolvimento da comunidade.

Compreende-se, também, que há um interesse em participar de organizações sociais, tais como as cooperativas, já que elas possibilitariam ganhos com aumento de lucratividade, produtividade, comercialização e melhorias na situação das famílias nas comunidades.

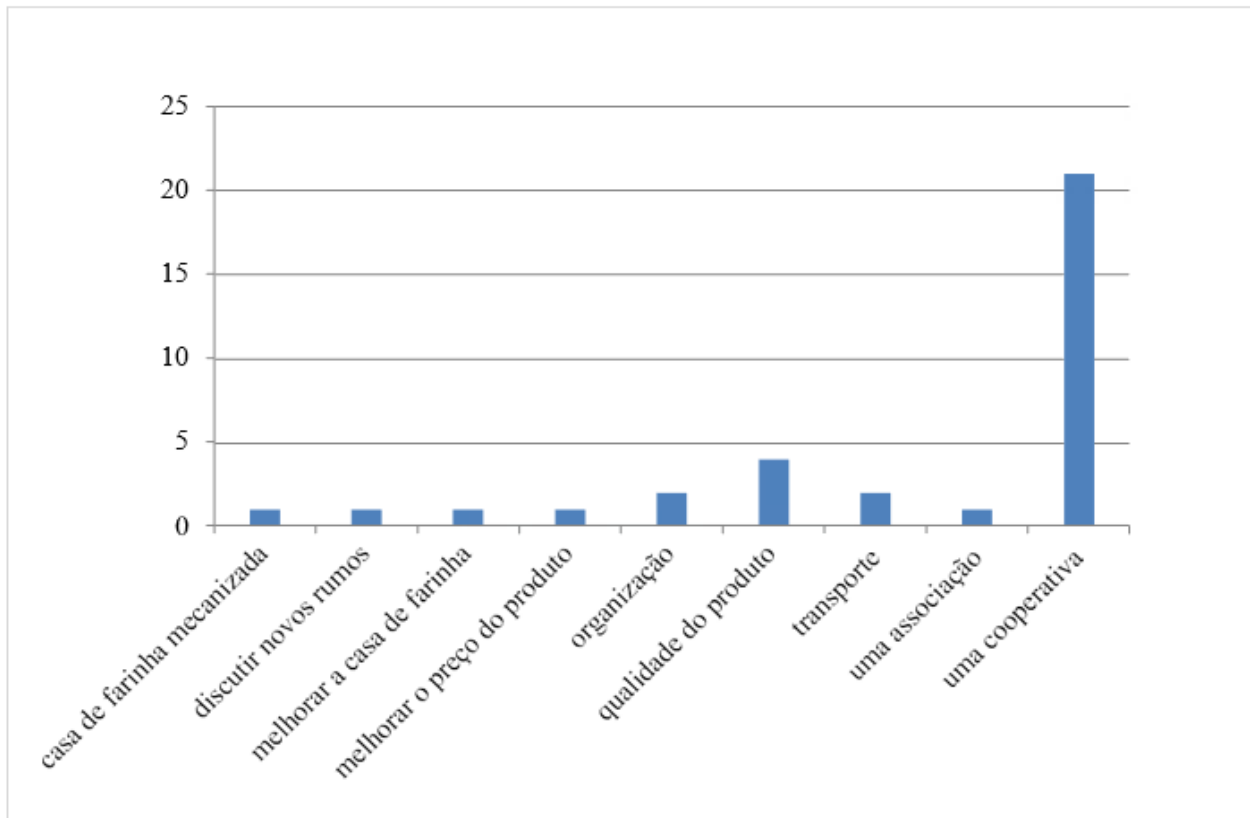
Ressalta-se que a Associação de Moradores é uma organização representativa, sendo interlocutora das comunidades que articulam com a madeireira as áreas que serão exploradas anualmente no manejo florestal. A Associação tem escritório, na sede do município e, legalmente, conta com 512 famílias associadas e é constituída de cerca de 2.700 pessoas. Ela possui um quadro executivo completo de funcionários.

Apesar da constituição legal da Associação em cerca de 2700 associados, ela necessita melhorar sua atuação no que diz respeito à participação dos comunitários, pois, quando perguntado, por meio de questão aberta aos entrevistados sobre a participação deles em alguma associação ou cooperativa de produtores, a maioria respondeu que não participa nem da associação e nem de cooperativa, porque não existem.

Nota-se que a Associação vem se esforçando para realizar algumas ações em parceria com a empresa, porém já estavam previstas na programação de desembolso da madeireira, referem-se à compensação pela exploração de madeira. Entretanto a maioria dos moradores não reconhece a associação como representante. Esse resultado demonstra uma lacuna entre a população que participou da pesquisa com a associação de moradores.

Os comunitários apresentam vontade de se organizar em torno de uma cooperativa, conforme mostra a Figura 15, eles conhecem as vantagens e identificam a cooperativa como ponto de melhoria para aumentar a comercialização dos seus produtos.

Figura 15 - Informações relacionadas aos fatores que precisam melhorar para aumentar a comercialização.



Fonte: Do Autor (2017).

Apesar de ainda não apresentarem o domínio de técnicas de controle de gastos, níveis adequados de escolaridade e fatores relacionados à elaboração e execução de empreendimentos comunitários, nota-se uma grande tendência deste grupo pela criação de uma cooperativa, ficando explícito que a parceria empresa/comunidade, existente no cenário socioeconômico destas comunidades, é favorável para que a empresa e os órgãos públicos cumpram de forma eficiente e eficaz seus papéis, uma com a parte que lhe cabe na compensação da exploração madeireira e a outra fiscalizando e fazendo cumprir as legislações que já existem em prol dessas populações e da conservação e preservação do meio ambiente.

Além disso, esses fatores tornam-se pontos positivos para que os atores desse processo busquem as melhorias necessárias para implementar projetos comunitários que tenham como objetivo despertar o interesse dos produtores mais experientes, das mulheres e, principalmente, dos jovens comunitários que expressaram, durante a pesquisa, vontade de alavancar a produção de farinha.

Uma moradora (E3) fala sobre sua experiência com a igreja católica e evidencia a importância da divisão de tarefas, para se obter organização, participação de todos e, principalmente, dos jovens:

Eu vejo que na igreja católica existe toda uma organização também e que quando todo mundo se junta pra fazer alguma coisa pela comunidade dá tudo certo, porque cada um tem uma tarefa e a gente se reuni antes pra pensar em cada detalhe, então pra mim isso também vale como organização social. E também acho que os jovens da comunidade deveriam participar mais das coisas né. É tão bom ver aqui esses jovens presentes, fico muito feliz em saber do interesse deles por que isso tudo vai servir pra eles mesmo e pra nossa comunidades lá na frente.

A informação é um fator determinante para o êxito de qualquer ação. Quando não se detém, as chances de dar errado qualquer projeto são grandes. Retrata-se na Figura 16 as principais dificuldades apresentadas pelos entrevistados em participar de uma organização dentro da comunidade.

Figura 16 - Informações relacionadas às dificuldades em participar de uma organização.



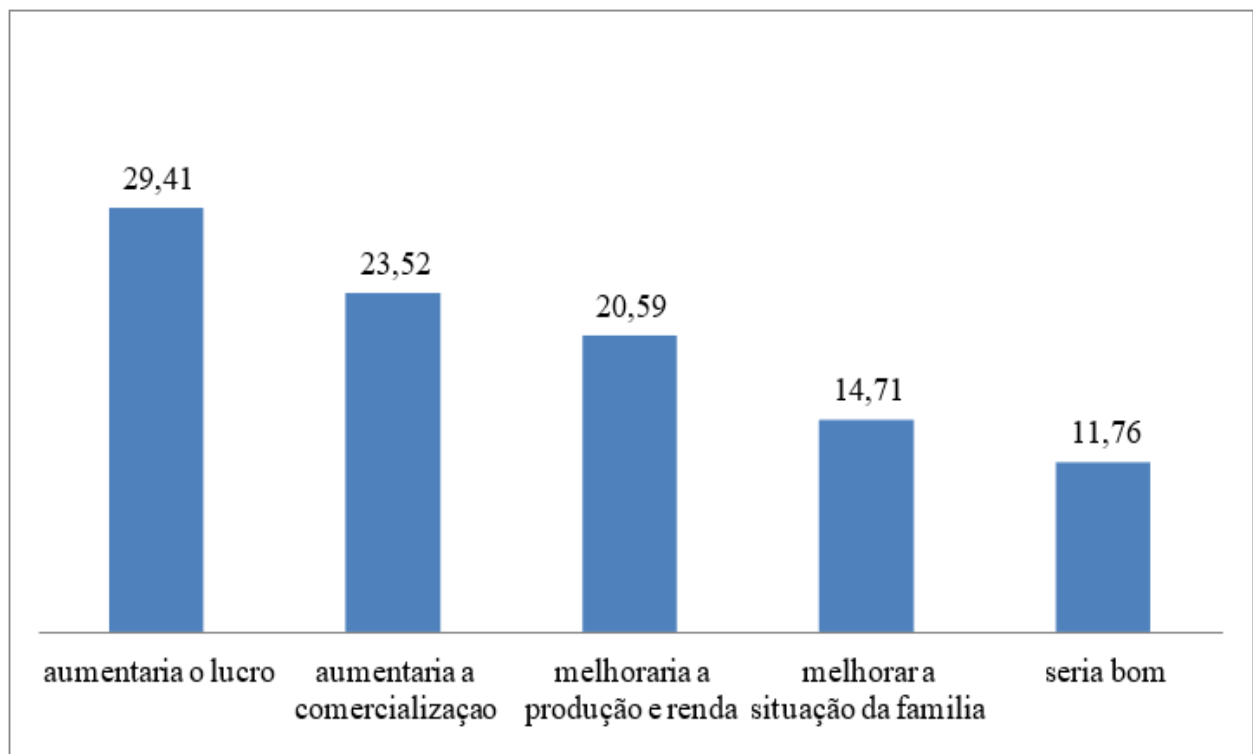
Fonte: Do Autor (2017).

Observa-se que, na Figura 16, os entrevistados elegeram três fatores que expressam as dificuldades em participar de uma organização. A maioria dos moradores respondeu que a principal dificuldade em participar da associação, cooperativa ou outra forma organizativa é a falta de informação. Boa parte deles respondeu que não existe nenhum tipo de organização na comunidade e outros disseram que não sabem como funciona.

Nota-se que os comunitários não legitimam na sua totalidade a Associação de moradores e que a falta de informação poderá ser sanada, por meio de oficinas com as temáticas, assim como a intenção de realizar um intercâmbio entre comunidades, ou seja, comunidades que já apresentam um nível de organização comunitária constituído em associações ou cooperativas poderiam visitar ou receber os líderes comunitários para trocar experiências e adquirir novos conhecimentos quanto à organização da produção e da comunidade.

Entretanto é importante frisar que os comunitários reconhecem na participação as vantagens de fazer parte de uma cooperativa, conforme se retrata na Figura 17.

Figura 17 - Informações relacionadas às vantagens em participar de uma organização.



Fonte: Do Autor (2017).

Foram identificados alguns aspectos relacionados às vantagens em participar de uma organização produtiva. Conforme mostra a Figura 17, os entrevistados conhecem as vantagens e relacionam ao aumento do lucro como a principal delas (24,41%), em seguida, eles identificam o aumento da comercialização (23,52%), melhorias da produção e renda (20,59%) e, consequentemente, a situação da família.

As vantagens vão além das perspectivas do aumento da renda. Outras formas organizativas surgem no cotidiano das comunidades, intrinsicamente, ou seja, sem que eles saibam que já exercitam atitudes e ações que poderão levar aos conceitos as práticas do cooperativismo, por exemplo.

Neste sentido, foi perguntado se os moradores já haviam participado de algum mutirão para contribuir com ações à comunidade e quais os benefícios e dificuldades em participar. A resposta foi unânime. Todos responderam sim, que já haviam participado e, em relação aos benefícios, as respostas variaram entre: “o trabalho é mais rápido”, “produz mais”, “rendimento no trabalho”, “a união faz a força”. As dificuldades também foram registradas e variaram entre: “falta de organização”, “falta de transporte”, “falta de união de alguns”, “não teve dificuldade”.

Dessa forma, percebe-se que os moradores manifestam-se favoráveis à participação e interesse em formas organizativas, afirmando também interesse em comprar com outras pessoas maior quantidade de insumos para reduzir o custo com a produção. Percebem-se características, para formação de uma cooperativa de produção, a fim de que possam aumentar os lucros, a renda e proporcionar qualidade de vida às suas famílias.

4.5 Percepção dos comunitários sobre a parceria com a Empresa

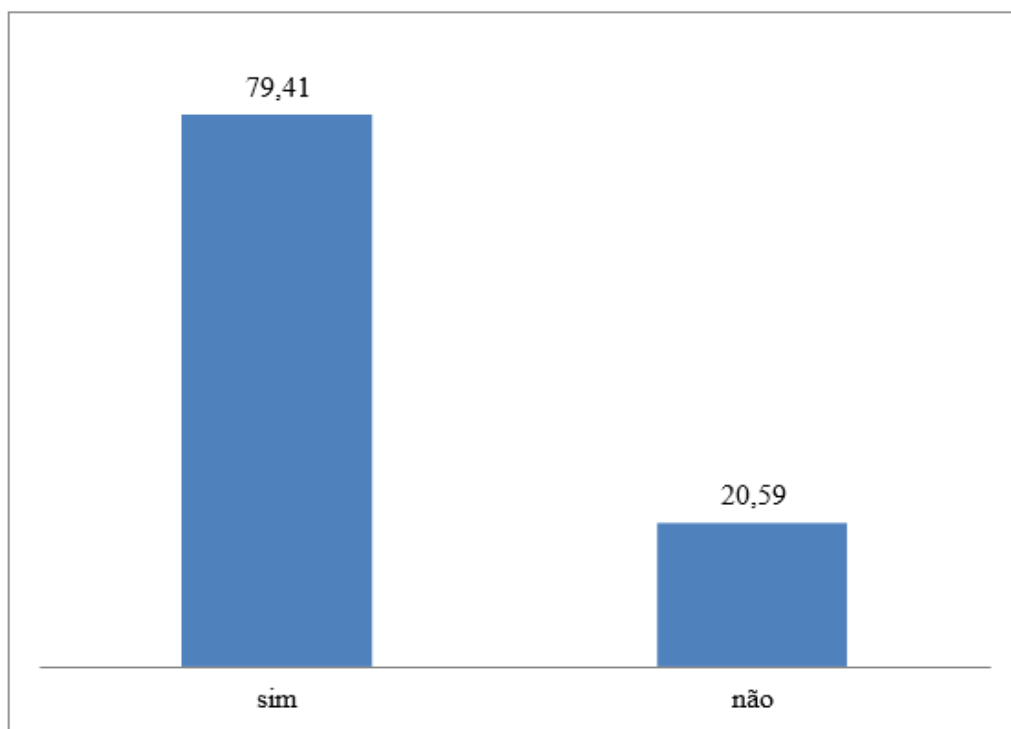
Neste eixo das entrevistas, é possível identificar a percepção dos entrevistados em relação à parceria que acontece atualmente nas comunidades entre a empresa madeireira e a Associação de moradores que representa os anseios dos comunitários no que diz respeito ao manejo florestal. Dessa forma, foi questionado se conhecem a expressão “Empresa- Comunidade”, pois acredita-se que, para ocorrer um envolvimento nos acordos de forma efetiva, é necessário o conhecimento de ambas as partes sobre os conceitos e práticas da parceria e, principalmente, sobre as vantagens e desvantagens que ela proporciona a todos.

As comunidades conhecem a expressão empresa/comunidade, porém a percepção de como realmente acontece, ainda gera dúvidas, quando são questionados sobre o funcionamento da parceria. Este fato é relevante, pois torna-

-se imprescindível o conhecimento detalhado das regras do acordo vigente as quais possam ser cumpridas e acompanhadas pelos comunitários.

Nota-se uma ausência da própria Associação de moradores, quando se trata de exercer um papel esclarecedor sobre o funcionamento da divisão dos recursos financeiros provenientes das compensações do manejo florestal que são destinados às comunidades. Ressalta-se que o nível de escolaridade da maioria do público envolvido no processo é baixo, portanto necessita-se repassar as informações de forma acessível e didática, para que todos entendam e não sejam geradas dúvidas sobre o que acontece ao seu redor.

Figura 18 - Informações relacionadas ao conhecimento da expressão “Empresa/Comunidade”.



Fonte: Do Autor (2017).

Na Figura 18, a maioria (79,41%) dos entrevistados responde que conhece a expressão Empresa/Comunidade, porém, quando desafiados a definir um conceito, não souberam elaborar, mas, quando lhes foi perguntado como haviam conhecido essa expressão todos responderam que da própria comunidade, ou seja, existe um diálogo entre as comunidades, socializando-se informações e indagações a respeito desta parceria. Mesmo assim, percebe-se que ainda existe uma parcela (20,59%) que não conhece a expressão, gerando um

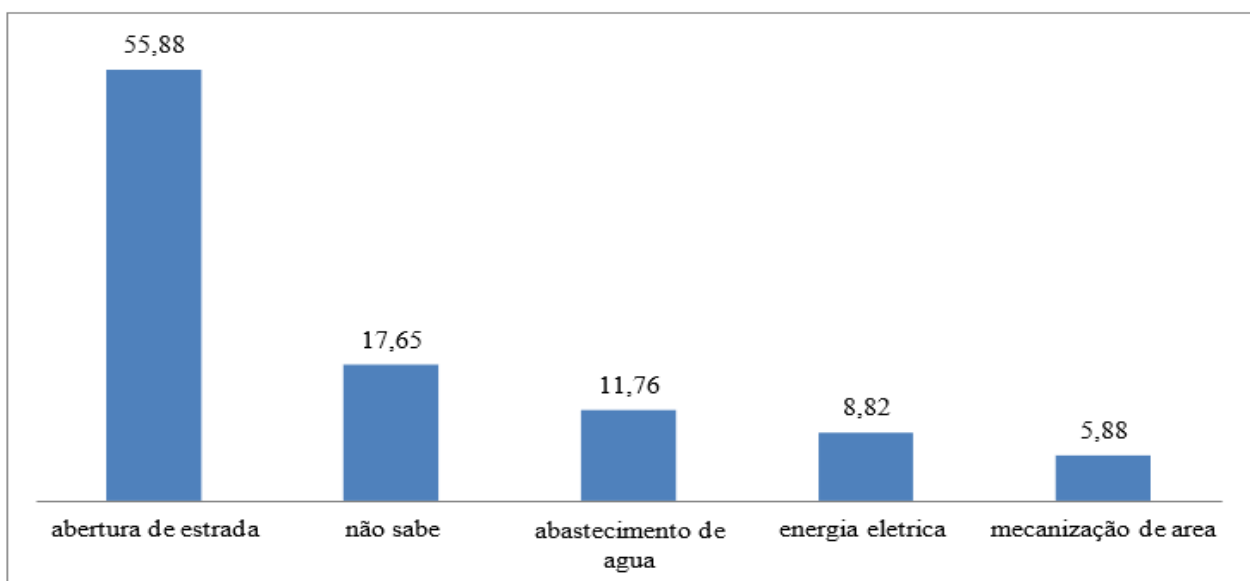
distanciamento do empoderamento e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico local.

Neste sentido, analisa-se que os aspectos relacionados à melhoria da economia local estão ligados diretamente às oportunidades como das parcerias das empresas, pois é necessário o empoderamento da própria Associação de moradores para que a prática da parceria traga às comunidades maiores retornos econômicos em termos de renda, desenvolvimento de empreendimentos locais, além da emancipação das comunidades, visando à independência financeira, quando ocorrer o término do processo exploratório.

Além disso, é importante que o poder público, representado pela prefeitura do município, promova políticas e ações juntamente com a empresa madeireira, para criação de fontes de renda mais regulares e seguras que possam trazer maior circulação de dinheiro dentro das comunidades, aumentando as possibilidades de negócio com base na organização das atividades produtivas.

Foi indagado aos entrevistados se eles reconhecem a parceria entre a empresa e a comunidade e quais os benefícios que lhes trouxe. Todos foram unânimes respondendo “sim”, que existe alguma parceria entre eles e a empresa. Na Figura 19, ressaltam-se os benéficos identificados pelos comunitários, em forma de ações coletivas, realizadas durante a parceria.

Figura 19 - Informações relacionadas aos benefícios da parceria identificados pelos comunitários.



Fonte: Do Autor (2017).

Com relação aos benefícios da parceria, os entrevistados elegeram os mais relevantes, na opinião deles. Citam a abertura de estrada (55,88%) como benefício principal, pois, para eles enquanto produtores, facilita o escoamento da produção, assim como a diminuição do tempo de acesso à sede do município. Em relação à busca de atendimento dos serviços de saúde e educação, também, torna-se um benefício essencial ao exercício das atividades cotidianas.

Por outro lado, esse tipo de benefício é primordial para o escoamento da produção madeireira, atividade desenvolvida pela empresa. Analisa-se que este benefício é uma condição necessária às atividades comerciais da empresa, portanto não se considera como algo especificamente voltado para melhoria da qualidade de vida da população.

Uma parcela dos entrevistados (17,65%) não soube identificar quais eram os benefícios proporcionados pela parceria. Considera-se este fator limitante, no que diz respeito ao conhecimento dos comunitários sobre a parceria e seus benefícios, pois espera-se que todos sintam-se contemplados com as ações coletivas as quais possam ser realizadas e executadas, de acordo com as necessidades das comunidades e que os recursos financeiros destinados aos projetos sociais sejam apropriados e eleitos pelos próprios comunitários.

Outros entrevistados dividem suas opiniões e enxergam de maneira positiva a possibilidade de acesso aos benefícios sociais advindos da aliança, tais como melhorias nos sistemas de abastecimento de água (11,76%); energia elétrica (8,82%) e mecanização das áreas de produção (5,88%). De fato, estes são benefícios essenciais, para qualidade de vida de qualquer sociedade atualmente, porém, observa-se que não é comum encontrar na realidade das comunidades amazônicas estes serviços, que deveriam ser obrigação do Estado realizá-los para o bem-estar social.

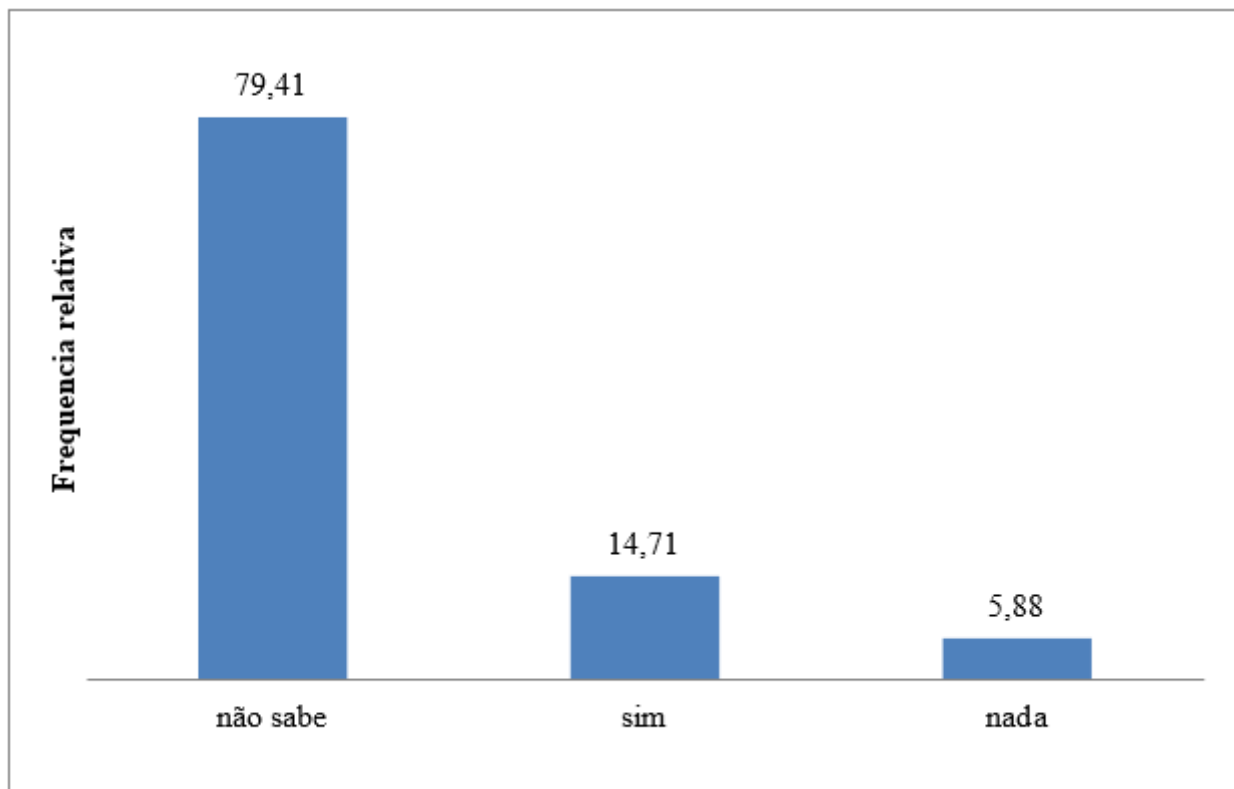
Além disso, a qualidade dos benefícios não atende aos critérios de modernidade necessários para se igualar aos centros urbanos. Por exemplo, abre-se uma estrada e não se realizam a pavimentação, iluminação, ciclovias, sinalização, passeio para pedestre, acostamentos. Enfim, de uma forma geral, é importante primar pela excelência dos serviços, saindo da lógica do pa-

liativo, do improvisado e temporário, adequando-os à arquitetura rural, sem confundir o rural/campo com o inopinado, buscando pelo aparelhamento dos serviços sociais de qualidade.

Portanto, é fundamental o diálogo entre a empresa e a comunidade. O alcance das ações deve ser para contemplar as atuais e futuras gerações que, por muitos anos, vivem uma realidade inferior se comparadas a outras comunidades rurais de alguns Estados brasileiros.

Neste sentido, quando questionados sobre quais os problemas identificados na parceria, a maioria respondeu que falta diálogo com a empresa e a própria Associação de moradores. Por outro lado, todos os entrevistados disseram que receberam tanto individual quanto coletivamente algum recurso financeiro da empresa, em forma de compensação, pela exploração madeireira em suas terras. Porém, a maioria não sabe quanto foi retirado de madeira da área manejada.

Figura 20 - Informações relacionadas ao conhecimento dos comunitários sobre a quantidade de madeira retirada da sua área.



Fonte: Do Autor (2017).

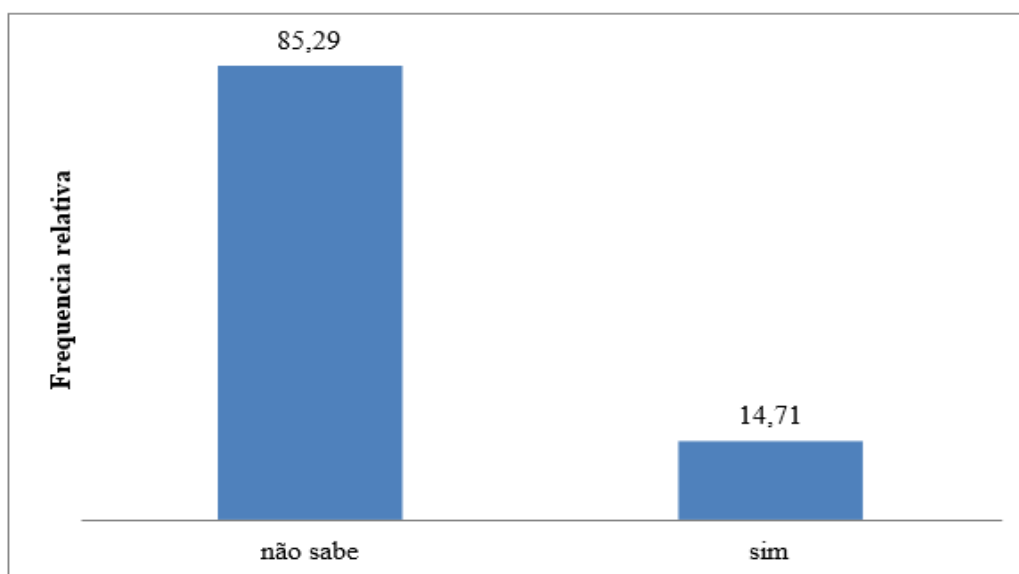
Analisa-se na Figura 20 um fator preocupante, pois, de forma mais abrangente, a inquietação maior é com relação à proteção dos recursos florestais. Estima-se que as populações que habitam as florestas devem ser as principais fiscalizadoras no controle do desmatamento, pois, quando não ocorre o acompanhamento, as florestas tornam-se vulneráveis à exploração desmedida.

Entretanto vale destacar que estes acordos de parceria, em geral, devem oportunizar possibilidades de uma exploração muito mais racional dos recursos, já que os comunitários concedem suas áreas, e a maioria mora no local, mantendo o interesse em preservar, monitorando a exploração e privilegiando aquela que não agrida tão incisivamente o meio ambiente.

Portanto, ao observar a Figura 20, é notório que a maioria dos entrevistados (79,41%) não possui a informação da quantidade de madeira retirada, durante a atividade do manejo florestal, denotando a falta de informação dos moradores e diálogo entre as partes. Torna-se preocupante este fato, pois apenas uma pequena parte (14,71%) apresenta conhecimento a respeito da quantidade de madeira retirada.

Outro questionamento que coaduna com as respostas da Figura 20 é quando se pergunta aos entrevistados se eles sabem como a empresa calcula o valor que cada família receberá pela exploração madeireira, conforme a Figura 21. Nota-se uma grande disparidade entre os resultados.

Figura 21 - Informações relacionadas ao conhecimento dos comunitários sobre como a empresa calcula o valor a ser pago a cada família pela exploração madeireira.



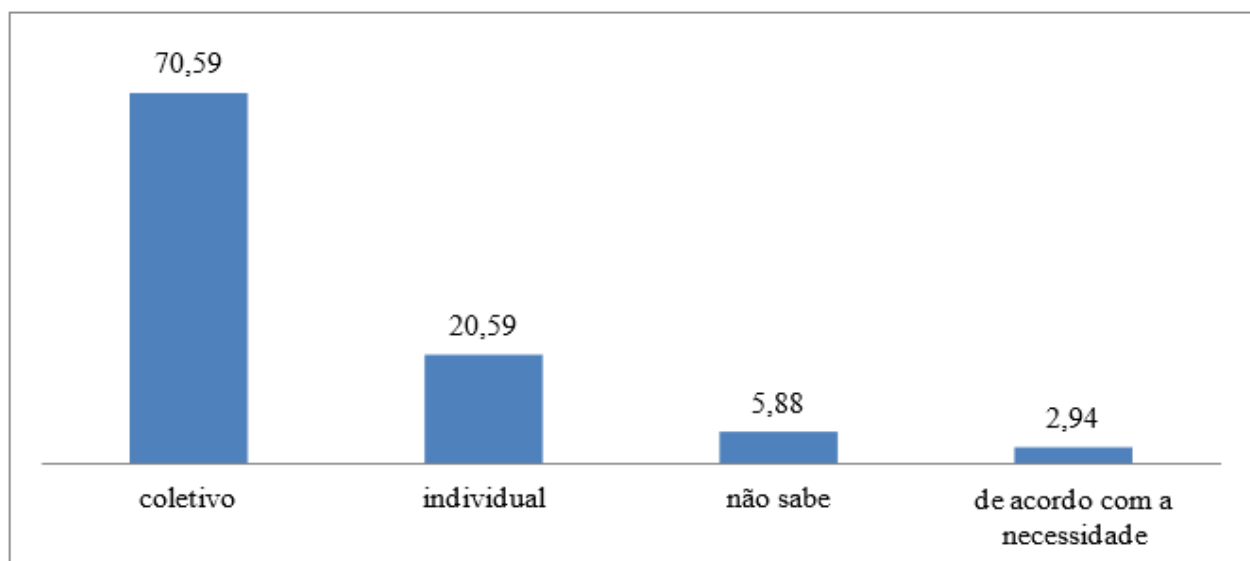
Fonte: Do Autor (2017).

De acordo com a Figura 21, a maioria dos entrevistados (85, 29%) respondeu que não sabe como a empresa calcula o valor a ser pago às famílias, esses valores são referentes ao acordo de parceria formal existente entre as partes, apenas uma minoria (14,71%) entre os entrevistados respondeu que sabe como o cálculo é realizado. Entretanto, quando questionados para explicar o cálculo, a maioria não soube responder ou disse que era por meio do valor bruto da madeira, mas sem entrar em detalhes.

Neste caso, considera-se que este fato tenha ligação com a escolaridade dos entrevistados já retratada na Figura 8, assim como à falta de informação em relação a divisão dos recursos financeiros que compõem a estrutura formal da parceria representada na Tabela 1, no capítulo 4 deste trabalho.

Ressalta-se que a parceria empresa/comunidade, em análise, é formal e aplica os recursos financeiros coletivamente. Assim, apesar de todos os entrevistados apresentarem conhecimento de que a sua comunidade já recebeu algum recurso da empresa que executa o manejo, torna-se necessário que haja transparência, neste acordo entre as partes, indicando, principalmente, que todos estejam plenamente cientes da movimentação, dos fluxos de caixa, dos lucros e investimentos a serem feitos e, finalmente, dos dividendos que precisam ser rateados equilibradamente.

Figura 22 - Informações relacionadas à opinião dos entrevistados sobre a distribuição dos recursos do social às comunidades.



Fonte: Do Autor (2017).

Vale ressaltar que, durante o período da pesquisa, foram acompanhadas algumas reuniões da parceria empresa/comunidade que contribuíram para o processo decisório da aplicação dos recursos financeiros destinados à projetos sociais nas comunidades. Neste sentido, a Figura 22 é representada pela opinião dos moradores sobre como deve ocorrer a distribuição dos recursos financeiros, denominados por eles de recurso do social. Assim, a maioria (70,29%) respondeu que o recurso do social deve ser distribuído de forma coletiva, ou seja, deve ser destinado para ações que beneficiem a própria comunidade, como, por exemplo, sistema de abastecimento de água, escolas, transporte, estradas e o aumento da produção.

Apesar de uma parcela dos entrevistados (20,59%) optarem pela distribuição individual dos recursos, percebe-se que, no Eixo 2 das entrevistas sobre o interesse e participação em formas organizativas, a Figura 15 mostra claramente o interesse dos comunitários pela organização de uma cooperativa, indicando que a criação desta organização é um dos fatores que eles precisam para melhorar, ampliar a produção e a comercialização de farinha, por exemplo. Outro aspecto importante é a possibilidade de melhor compreender a parceria existente com a empresa e as melhores estratégias para utilizar os recursos existentes em prol dos benefícios à comunidade.

Neste sentido, quando questionado aos comunitários sobre o interesse em continuar realizando atividade de manejo florestal, após a saída da empresa ou término do acordo (parceria), a maioria sinalizou positivamente pela vontade de executar atividade madeireira, justificando que seria uma ajuda à comunidade e, consequentemente, aumentaria a renda das famílias.

Porém acredita-se que este passo ainda necessita ser bem trabalhado entre os comunitários, principalmente, no que tange à organização, à constituição de uma entidade representativa, que possa apresentar alternativas de desenvolvimento econômico às comunidades, emancipando e tornando o processo organizativo mais maduro para ampliação da produção e comercialização de seus produtos, sejam de origem madeireira ou não madeireira. Portanto concluem-se as análises dos resultados enfatizando os sonhos e desejos dos entrevistados, os quais, mesmo que ainda com suas limitações, alimentam esperanças de dias melhores em seus cotidianos, realizando o que almejam para si e suas famílias, obtendo seu próprio negócio, educando seus filhos, sempre sonhando e organizando os planos para um futuro melhor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se as informações levantadas durante a pesquisa pode-se inferir que este trabalho foi caracterizado pela necessidade de identificar o comprometimento da Empresa madeireira como responsável pela função de promover ações coletivas para melhorar a vida dos moradores que permitem o manejo dos recursos madeireiros que se encontram nas áreas consideradas de propriedade das comunidades.

Para responder a estes questionamentos foi traçado um caminho de apropriação teórica que se baseou em conceitos como do Manejo Florestal e Parceria Empresa-Comunidade.

Neste sentido, ressaltou-se a identificação de Ritchie (2000) como bastante pertinente quanto ao Manejo Florestal Comunitário (MFC), pois o autor diferencia os dois tipos de manejo florestal, o comunitário e o empresarial, destacando-se que o MFC pode ser amplamente diferenciado da visão essencialmente econômica e de mercado que orienta o Empresarial, já que as comunidades que dependem diretamente das florestas, tendem a se relacionar com esse recurso a partir de diferentes perspectivas que englobam os dois tipos de Manejo Florestal.

Com relação aos conceitos de Parceria Empresa-Comunidade destacou-se que a concepção de parceria está associada a qualquer tipo de relação em participações com benefícios mútuos, ou seja, dois ou mais indivíduos ou entidades que recebem benefícios neste contexto. Silva (2013) discorre sobre a utilização deste termo como forma de descrever e caracterizar variedades de interações, acordos e contratos formais ou informais que podem basear-se em articulações individuais ou organizacionais.

Entretanto, chega-se à conclusão que a formação da consciência das populações tradicionais é fundamental para sejam vistas como sujeitos responsáveis pelos recursos florestais presentes ali, e que possam se tornar independentes e emancipados tanto do poder empresarial, quanto do poder do Estado,

ou seja, tomando lugar de destaque nas decisões que se referem a Amazônia brasileira, cultivando, produzindo e comercializando seus produtos com valor agregado de mercado.

Assim como em outras regiões da América Latina, o manejo florestal desperta cada vez mais interesse de órgãos governamentais no estabelecimento de políticas públicas, assim como, o interesse manifestado por organizações comunitárias e outros atores locais (por exemplo, empresas madeireiras), interessadas em produtos oriundos de florestas comunitárias. O estudo contribuiu também para identificar o que vem ocorrendo nas áreas manejadas. E constatou-se que além das compensações financeiras e benfeitorias tangíveis estabelecidas nos acordos de parceria entre empresa e comunidade, percebe-se que a empresa vem desenvolvendo ações coletivas em conjunto com instituições de pesquisa, ensino e extensão e que as comunidades estudadas apresentaram possibilidades de empoderamento em seus modos de produção.

Neste sentido, acredita-se que a parceria entre a empresa e a comunidade está contribuindo para o processo emancipatório a ser desenvolvido por meio da criação de formas organizativas, seja por cooperativas ou associações de produtores com intuito de comercializar a produção para ampliar a renda das famílias e desenvolver a economia local. Constatou-se também essas características, observando-se as comunidades e suas aptidões referentes a produção de farinha de mandioca. A produção de farinha é predominante nas comunidades, pois existe tradição no cultivo, produção e comercialização do produto na região.

Constata-se que os fatores citados acima, são preponderantes para continuidade de novas pesquisas utilizando-se principalmente metodologias que evidenciem os resultados dessas ações que já estão sendo desenvolvidas pela empresa e parceiros, assim como as experiências positivas e negativas que poderão ser compartilhadas tanto pela madeireira quanto pelas comunidades com outros grupos sociais que estejam vivenciando esta realidade.

Sugere-se também como novas pesquisas, estudos mais aprofundados sobre a participação de populações envolvidas nas Parcerias Empresa-Comunida-

de no que tange ao manejo florestal, pois considera-se a participação como um dos fatores determinantes para o sucesso do desenvolvimento local.

Deste modo, sabe-se que as consequências da ausência dos modelos de produção em escala, geram um distanciamento entre o desenvolvimento e o crescimento econômico e conseqüentemente um isolamento dessas populações e das políticas públicas que promovem qualidade de vida.

Portanto, não deve ser utópico que as comunidades amazônicas comecem a produzir em escala, utilizando modelos de produção voltados para escala industrial, permitindo e criando acesso a mercados com produtos diferenciados, agregando valor a identidade que a Amazônia e seus produtos possuem mundialmente, usufruindo do selo e da marca publicitária que já são ligados a identidade dos produtos da Amazônia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, P.; AMARAL NETO, M. **Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagem na Amazônia Brasileira e na América Latina**. Belém: IIEB; IMAZON, 2005.

ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 3.420**, de 20 de abril de 2000. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas - PNF, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3420.htm>. Acesso em: 21 ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.874**, de 5 de junho de 2009. Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6874.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.284**, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=485>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

BRASIL. **Promanejo**: boletim informativo, nº 1. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução nº 406**, de 2 de fevereiro de 2009. Estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=597>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CALDERONI, E. **O sofrimento e a luta do trabalhador contaminado: os caminhos da consciência política e ambiental após a contaminação por substâncias tóxicas no ambiente de trabalho.** 2008. 511 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

CLAY, J. W. Os Kayapó e a Body Shop. In: ANDERSON, A. B.; CLAY, J. (Ed.). **A parceria de comércio com ajuda.** São Paulo: IIEB, 2002. p. 31-51.

CRUZ, H. et al. **Relação empresa comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar: uma contribuição do projeto Floresta em Pé.** Belém: IBAMA/DBFLO, 2011. 318 p.

DE CAMINO, R. **Estado actual del manejo forestal comunitario y sus perspectivas, em la biosfera Maya, Petén, Guatemala:** memorias del taller regional, manejo forestal comunitario y certificación en América Latina. Sucre: GTF; GTZ; WWF, 2002.

DEMMER, J.; OVERMAN, H. **Indigenous people conserving the rain forest?: the effect of wealth and markets on the economic behavior of the Tawahka amerindians in Honduras.** Wageningen: Tropenbos International, 2001.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Tabela de medidas agrárias não decimais.** 2004. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/tabela_medida_agraria_nao_decimal.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2017.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá.** 2005. 520 f. Tese (Doutorado em Ciências, Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido)-Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

FOMBRUN, C.; GARDBERG, N.; BARNETT, M. L. Opportunity platforms and safety nets: corporate citizenship and reputational risk. **Business and Society Review**, Boston, v. 105, n. 1, p. 85-106, 2001.

FONSECA, A. L. da; CHALUB, M. L. **Relações de gênero e educação ambiental no projeto mulheres das águas verônica.** 2015. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/arquivos/GT9-1026-912-20080504224300.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

GOMES, A. et al. Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. **Revista Árvore**, Viçosa, MG, v. 30, n. 6, p. 951-960, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. **Análise de acordos entre empresas e comunidades para a exploração de madeira em assentamentos rurais na região da BR163 e entorno, no Estado do Pará**. Belém, 2011.

KENNY-JORDAN, B. C. et al. **Construyendo cambios**. Rome: Desarrollo Forestal Comunitario en los Andes, 1999.

KLOTZLE, M. Alianças estratégicas: conceito e teoria. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 85-104, jan./abr. 2002.

LIMA, C. A. T. de (Org.). **Relatório técnico: a experiência empresa-comunidade no manejo florestal e a aptidão agroextrativista das comunidades remanescentes de s, no município de Gurupá, Estado do Pará**. Paragominas, 2016. No prelo.

LINS, C. **Amazônia: as raízes do atraso**. Rio de Janeiro: Daudt Design, 2012.

MONAGHAN, P.; SABATER, C.; WEISER, J. **Business and economic development: the impact of corporate responsibility standards and practices**. 2003. Disponível em: <http://www.accaglobal.com/pdfs/environment/newsletter/060303_bus_ed.pdf. 2003>. Acesso em: 25 nov. 2016.

MONTE, T. C. **Parcerias entre ONGs e empresas: uma relação de poder?: um estudo de casos em Recife**. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20041020154326.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MORSELLO, C. Parcerias comerciais entre empresas e comunidades amazônicas: oportunidades, problemas e desafios. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2004. 1 CD-ROM.

NOLETO, M. J. **Parcerias e alianças estratégicas: uma abordagem prática**. 2. ed. São Paulo: Global, 2004.

OLIVEIRA, A. C. M. **Estratégias de uso dos recursos naturais na Amazônia e seus impactos ecológicos: um estudo de caso de manejo comunitário no Médio Solimões**. 2002. 101 p. Tese (Doutorado em Ciências, Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

PEREIRA, J. R. de. **Políticas públicas**. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

QUAZI, A.; O'BRIEN, D. An empirical test of a Cross-National Model of Corporate Social Responsibility. **Journal of Business Ethics**, Wageningen, v. 25, p. 33-51, 2000.

RITCHIE, B. C. et al. **Crítérios e Indicadores de sustentabilidade em florestas manejadas por comunidades: um guia introdutório**. Belém: CIFOR, 2000.

SANCHES, C. S. Evolução das práticas ambientais em empresas industriais: um modelo genérico. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 5., 1997, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, 1997. p. 43-62.

SILVA, R. F. **Parceria entre empresa e comunidade: reflexões a partir das ações adotadas pela empresa Bela Iaçá em Castanhal**. 2013. 92 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

SILVA, W. M. **Tendências no mercado mundial de celulose: a regulação ambiental e o desenvolvimento tecnológico**. 1995. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola)-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SMITH, R. Formas de organizações e papel das organizações de apoio às iniciativas de manejo florestal comunitário. In: AMARAL, P.; AMARAL NETO, M.; KRÄMER, F. (Org.). **Oficina de manejo florestal comunitário e certificação na América Latina: resultados e propostas**. Belém: IMAZON; GTZ; IEB, 2005. 44 p.

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e terceiro setor:** criação de ONGs e estratégias de atuação. São Paulo: Atlas, 2002.

WARNER, M. **Partnerships for sustainable development:** do we need partnership brokers? London: ODI, 2003. 8 p.

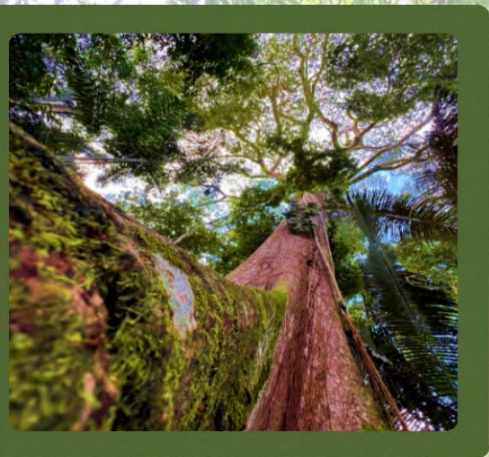
YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SOBRE O AUTOR

Bruno Rogerio Silva Cavalcante



É professor e pesquisador com ampla experiência acadêmica e profissional. Possui doutorado em estudos interdisciplinares sobre sociedade, cultura e fronteiras, mestrado em desenvolvimento sustentável e especialização em gestão agroindustrial, além de formação em administração com foco em gestão ambiental. Atua como docente e pesquisador no Instituto Federal do Amapá (IFAP), com passagem pela Universidade Estadual do Amapá (UEAP). Sua trajetória profissional inclui a gestão de projetos no setor público e industrial, com destaque para consultorias especializadas em segmentos como o madeireiro, moveleiro e extrativista. Na área de pesquisa, desenvolve projetos em parceria com instituições nacionais e internacionais, com foco em manejo florestal comunitário, mercados de produtos florestais e questões transfronteiriças. Integra grupos de pesquisa interdisciplinares, contribuindo para estudos sobre políticas públicas, dinâmicas territoriais e desenvolvimento regional. Recentemente, obteve aprovação e financiamento para projetos de pesquisa de âmbito nacional e internacional, consolidando sua atuação em temas relacionados à sustentabilidade, gestão de recursos naturais e cooperação transfronteiriça.



PARCERIA EMPRESA-COMUNIDADE

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O **MANEJO FLORESTAL**

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

